São Cristóvão saúde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

CNPJ: 60.975.174/0001-00

ANS – Nº 31421-8

São Cristóvão saúde

CONSELHO DELIBERATIVO

VALDIR PEREIRA VENTURA – PRESIDENTE

BENJAMIM SEQUEIRA BARREIRA – 1º VICE PRESIDENTE

JOÃO ATILIO PIGNATARO – 2º VICE PRESIDENTE

CONSELHO FISCAL

AUGUSTO MEDEJI SANCHEZ

FLAVIO LACERDA AMENDOLA

PAULO NICOLINO DE FREITAS

DIRETORIA

CLAUDIO CAETANO LIBERATORI – DIRETOR PRESIDENTE

VASCO AGOSTINHO CORREIA MONTEIRO – 1º VICE PRESIDENTE

ADRIANO SOARES FONTES – 2º VICE PRESIDENTE

HELCIO VALÉRIO PASSOS – SECRETÁRIO GERAL

RIVADAVIA AMARAL GONÇALVES – 2º SECRETÁRIO

DAVID ANTONIO MARQUES FERREIRA – TESOUREIRO GERAL

IVANI POTENZA CARILLO – 1º TESOUREIRO

FRANCISCO DE LACERDA AMENDOLA – 2º TESOUREIRO

JOSÉ CIRILO SOUSA CALDEIRA – DIRETOR DE PATRIMÔNIO

PERCILIA NICOLINO DE FREITAS – DIRETORA SOCIAL

CONTADOR

ELIZABETH POPP LEME

CRC SP149012

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao Conselho Deliberativo e aos Associados,

A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO** submete às vossas apreciações as suas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ao completar 110 anos de existência e credibilidade, a Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão caminha de forma benéfica rumo à qualidade no atendimento assistencial (Plano de Saúde), ambulatorial, pronto-socorro e unidade hospitalar, através de constantes aperfeiçoamentos das equipes médicas e buscando cada vez mais melhorias e ampliações nas suas instalações e serviços.

ÌNDICE

I – CONJUNTURA ECONÔMICA 4
II – COVID-19 5
III – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA ÁREA HOSPITALAR E TECNOLOGIA ... 8
IV – DESEMPENHO DO PLANO DE SAÚDE 14
V – DESTINAÇÃO DO SUPERAVIT 18
VI – RESPONSABILIDADE SOCIAL – FILANTROPIA 19
VII – CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE 25
VIII – RECURSOS HUMANOS 26
IX – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE 27
X – POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS 28
XI – INFORMAÇÕES RELEVANTES 39
XII – PERSPECTIVAS PARA 2021 32

I – CONJUNTURA ECONÔMICA

Os efeitos da pandemia da Covid-19 continuaram a afetar a economia global em 2021. Com o avanço da vacinação da população, houve um controle mais eficaz da pandemia, flexibilizando as medidas de isolamento social, resultando na retomada a economia positiva.
Mesmos diante da segunda onda da Covid-19, a economia brasileira terminou confirmado a recuperação completa das perdas registradas no ano de 2020, com a adaptação dos consumidores as novas condições sociais. A alta dos preços dos commodities no mercado internacional proporcionou o aumento de investimentos nos agronegócios e das exportações.
O ano de 2021 também foi marcado pelo desemprego e a inflação acumulada na ordem de 10%,

A economia brasileira aos poucos vem se recuperando, porém, a guerra na Ucrânia, lançam dúvidas sobre o desempenho para o ano de 2022, que pode passar de uma esperada estagnação para uma retração.

No mercado da saúde suplementar, com o avanço da Covid-19 no primeiro semestre aumentou a procura por serviços de saúde. O ano de 2021 também foi marcado pelas aquisições, fusões e abertura de capitais marcado o mercado de saúde o que indica um mercado muito competitivo no ano de 2022.

II – COVID-19

Em março a Covid-19 chegou ao Brasil e mesmo já presente em outros países, havia uma insegurança muito grande quanto aos efeitos da doença nos diversos segmentos do país, principalmente no setor de saúde.

Quando o primeiro caso da doença foi confirmado no Brasil, o Grupo São Cristóvão iniciou os preparos para o combate à Covid-19, criando o *Comitê Executivo de Crise*, formado por Diretores e Gerentes de diversas áreas da Instituição, que diariamente se reúnem e fazem um overview das ações, com análises pontuais validando e norteando novas estratégias.

O primeiro passo do Comitê foi estabelecer um plano de ação com base em modelos estatísticos que auxiliaram nas previsões de internações de pacientes com a doença. Nessa análise foi considerada as características epidemiológicas dos nossos beneficiários, como idade, comorbidades e riscos de internação, com acompanhamento diário do número de pacientes atendidos em nosso Pronto Socorro com Covid ou não, bem como a conversão de internações e altas.

Outra decisão importante foi a de agir com transparência e respeito com nossos beneficiários, colaboradores e comunidade em geral, com divulgações diárias através das redes sociais dos números e balanços para que todos acompanhassem os trabalhos do Grupo no combate à doença.

Algumas ações que adotadas pelo Grupo:

- Criação de Pronto-Socorro para atendimento exclusivo de suspeitos ou contaminados pelo novo coronavírus, bem como andares destinados apenas para pacientes infectados, preservando os demais pacientes;
- Ajuste do fluxo de atendimento mediante a aquisição de equipamentos hospitalares específico para o combate e tratamento da Covid-19, como respiradores, monitores cardíacos e desenvolvimento de protocolos terapêuticos;
- Expansão do portfólio de fornecedores e ampliação do espaço físico para armazenamento dos insumos comprados;
- Criação de um site e canal de atendimento para seus beneficiários com informações e orientações de saúde sobre o novo Coronavírus;
- Treinamentos para as equipes especializadas no atendimento ao paciente com Covid-19;
- Utilização da tecnologia a favor do nosso beneficiário com a telemedicina e teleatendimento como estratégia de segurança e qualidade em saúde com

busca ativa de beneficiários de maior risco e monitoramento de pacientes pós-alta;

- Redução do distanciamento dos familiares dos pacientes, com “boletim médico família”, que por meio de videoconferência os médicos se comunicam com os familiares dos pacientes, passando todo o prontuário e avanços obtidos.
- Nos casos já recuperados do estado crítico, a utilização de um psicólogo que se utiliza da chamada de vídeo na UTI com paciente e familiares.
- Os colaboradores que fazem parte do grupo de risco foram afastados por precaução, sem demissões ou redução de salário;
- Para os demais colaboradores foram adquiridos dois túneis de desinfecção que garantem diariamente a segurança na entrada e saída nas instalações da instituição;
- Fornecimento de máscaras de proteção aos colaboradores, além da implantação da triagem para checar temperatura e reconhecimento de sintomas, que garante de forma precoce o diagnóstico do novo Coronavírus.

Na presença do cenário de incertezas que o ano de 2020 trouxe, o Grupo São Cristóvão preocupou-se com a garantia de continuidade dos negócios bem como na segurança dos *stakeholders* auxiliando no bem-estar dos beneficiários, colaboradores, fornecedores e da sociedade. Assim, com o intuito de mitigar os efeitos econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus o Grupo São Cristóvão manteve uma oportuna gestão do seu fluxo de caixa o que assegurou os fluxos de pagamentos aos fornecedores, que não tiveram sua saúde financeira prejudicada. Também gerimos a saúde financeira de nossos colaboradores, visto que não houve a adesão ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (MP 936/2020), dessa forma, foi garantido os rendimentos de forma integral.

Diariamente a equipe de Segurança do Trabalho tem o objetivo de aumentar a adesão ao uso dos EPIs (Equipamento de proteção individual) e garantir a técnica segura na paramentação e desparamentação para os profissionais do Grupo. Utilizamos a telemedicina e o teleatendimento como estratégia de segurança e qualidade em saúde com busca ativa de beneficiários de maior risco e monitoramento de pacientes pós-alta.

Por um lado, temos as novas demandas geradas pela pandemia do Covid-19, como o aumento da sinistralidade decorrente do represamento de cirurgias eletivas e outros procedimentos. Por outro lado, há uma série de evoluções econômicas, sociais e tecnológicas que já estavam no radar dos especialistas em saúde e que a cada ano vem ganhando mais importância e influência no mercado.

Em de janeiro de 2021 marca um ato histórico de muita emoção e que merece ser lembrado para nós do São Cristóvão Saúde. A data tornou-se muito especial pelo início da vacinação contra a COVID-19 nos profissionais da saúde que atuam diretamente na linha de frente, sendo médicos, equipe de enfermagem e fisioterapeutas. A Instituição recebeu 2.163 doses, sendo destinadas à categoria definida pela Secretaria da Saúde. Posteriormente, os demais profissionais do Grupo foram vacinados, conforme liberação pelo Programa Nacional de Imunização. Porém, tão importante quanto a vacina é manter as medidas de prevenção contra o novo coronavírus, como utilização de máscara, lavagem das mãos, uso de álcool em gel e distanciamento social.

Com o avanço da vacinação e melhoria dos indicadores relacionados à COVID-19 a expectativa é que até o fim de 2022 seja decretada o final da pandemia.

III – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA ÁREA HOSPITALAR E TECNOLOGIA

A Instituição, que já possuía 10 unidades de negócio se manteve em constante inovação e expansão.

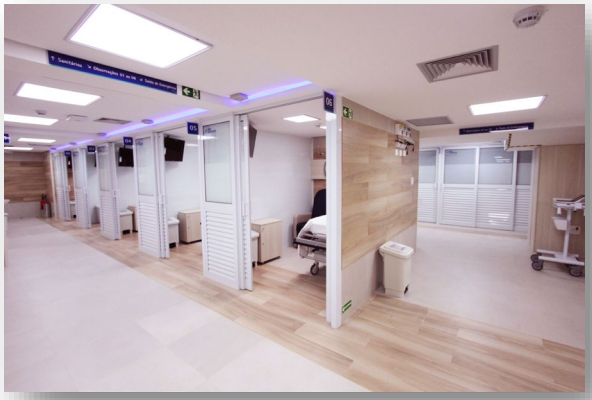
- Projetos com edificações, compra de mobiliários, equipamentos e aparelhos hospitalares na ordem de R$ 30,690 milhões.
- Criação do Centro de Mastologia no CAAV I
- Criação da Clínica de Vacinação no CAAV I
- Expansão do Centro Ambulatorial Américo Ventura IV (nova loja)
- Novo Centro de Cardiologia
- Novo Centro Laboratorial Américo Ventura
- Novo Centro Endogástrico Américo Ventura
- Revitalização do CAAV2
- Reforma dos 5 leitos no 3º andar

Ampliação da Unidade de Apoio Respiratório

- Reformulação da Unidade de Apoio ao Pronto Socorro

- Criação do Centro de Parto Natural

- Expansão do Pronto Socorro Adulto Observação no 4º subsolo



- Reformulação da Farmácia

- Revitalização do setor da Rouparia com a tecnologia de RFID para o controle do enxoval hospitalar

- Ampliação do Estacionamento
- Revitalização da Fachada do Hospital
- Atualização contínua do parque tecnológico (computadores e impressoras)

No exercício de 2021 a Associação efetuou gastos no montante de R$ 6 milhões com investimentos conforme quadro abaixo:

Centro Cirúrgico
01 - Arco cirúrgico OEC Elite
02 – Focos cirúrgicos
01 – Mesa cirúrgica
01 – Poligrafo para hemodinâmica
08 – Monitores multiparâmetro
01 – Central de monitoramento
02 – Serras Sagital Sistema G
01 – Sistema de injeção de contraste
01 – Broncovideoendoscopio EVIS EXERAII
03 – Ressuscitadores infantil

UTIs e UIs
34 – Monitores multiparâmetro B123 Nellcor
45 – Monitores multiparâmetro
08 – Módulos de capnografia
04 – Centrais de monitoramento
04 - Ventiladores Pulmonares de Transporte
14 – Ventiladores pulmonar Savina
21 – Ventilador pulmonar
24 - Monitores V100 SPO2 Nellcor com carrinho
01 – Cama Fawler para obeso
01 - Vídeo Eletroencefalograma de Amplitude Integrada Contínua (AEEG) a beira leito na UTI Neonatal e smartphone

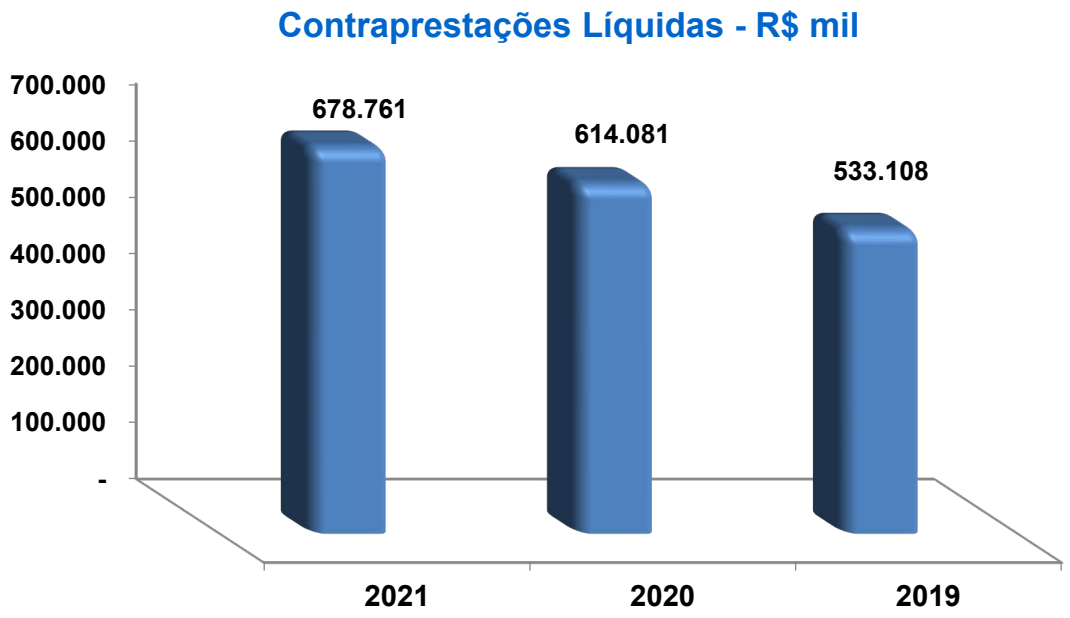
IEP
02 – Carrinhos de emergência
01 – Clinical care simulator
01 – Simulador baby
01 – Ventilador pulmonar SAVINA
01 – Berço fonte de calor radiante
02 – Manequim de enfermagem
01 – Desfibrilador Philips
01 – Ventilador pulmonar de transporte
01 – Conjunto digitalização multix Siemens
04 - Central processadora de vídeo
04 – Lavadoras p/ endoscópio e colonoscópio

CAAVs
17 – Monitores multiparâmetro de sinais vitais
16 – Negatoscópios
01 – Monitor mindray
01 – Equipamento Raio-X Siemens
01 – Conjunto de digitalização
02 – Equipamentos de ultrassom
12 – Face recognition terminal
05 – Câmaras hematoimuno de vacina

IV – DESEMPENHO DO PLANO DE SAÚDE ATUALIZADO

Receita de Contraprestação Pecuniária

A Receita de Contraprestação Líquidas aumentou 10% em relação ao ano anterior. A evolução das contraprestações efetivas nos últimos exercícios está demonstrada a seguir:



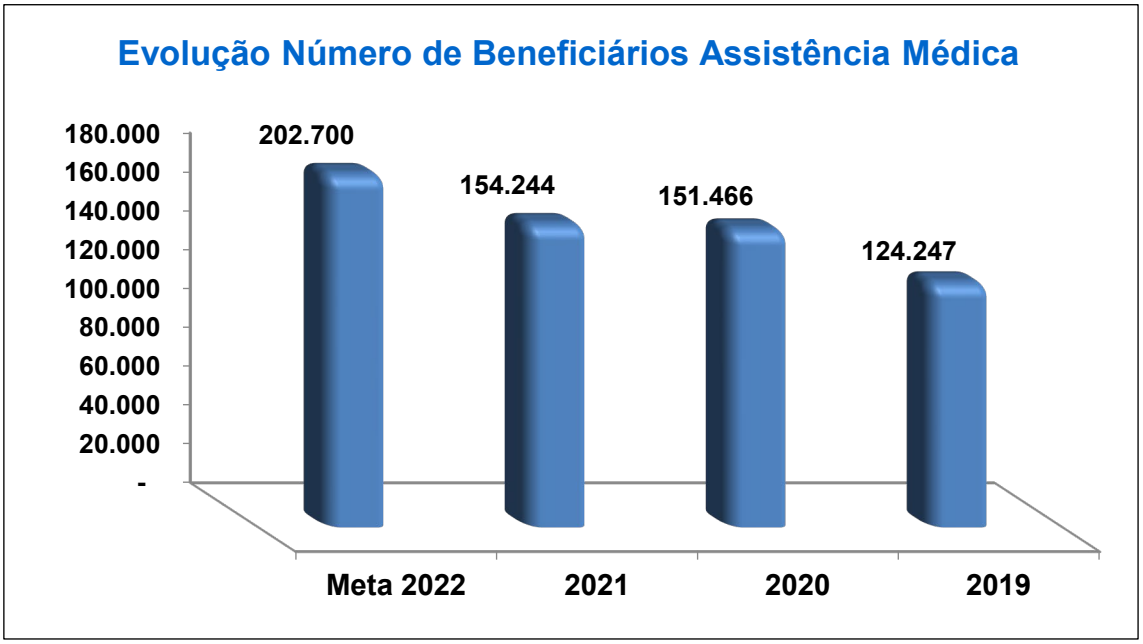
Fonte: DIOPS, 2021.

O desempenho da Receita de Contraprestação Líquida foi afetado pelo reajuste negativo a partir de maio/2021 na ordem de 8,19% definido pela ANS a ser aplicado nos planos individuais/familiares.

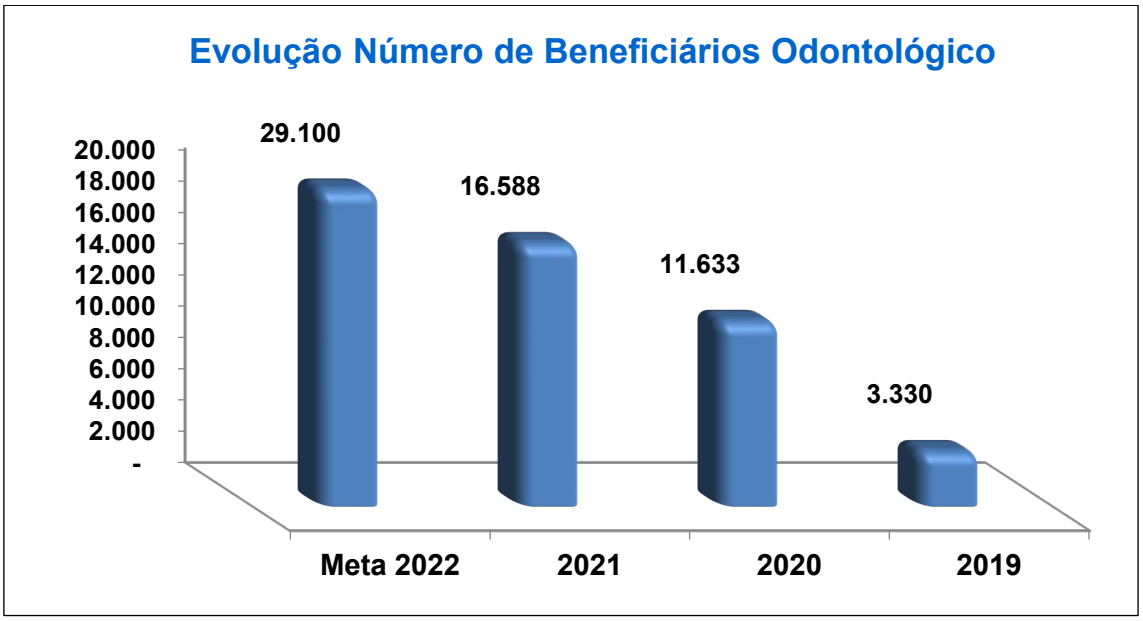
População de Beneficiários

Em 2021 o número total de beneficiários cresceu 5% em relação a 2020. Sendo um crescimento de 43% nos beneficiários odontológicos e de 2% dos beneficiários assistência médica.

O Quadro a seguir apresenta a evolução do número de beneficiários durante os últimos exercícios:



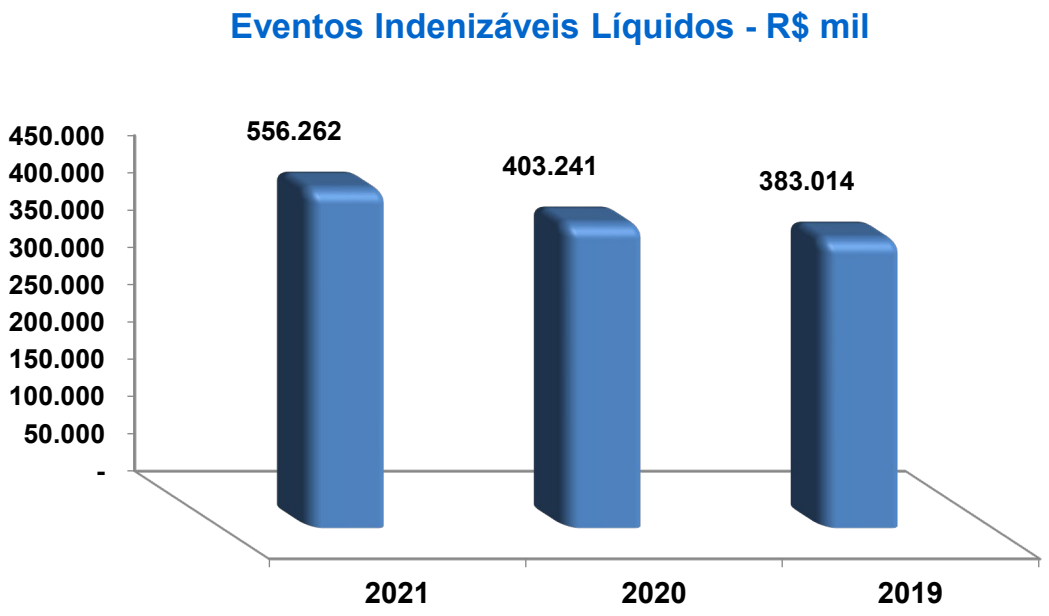
Fonte: ANS, 2021.



Fonte: ANS, 2021.

Evento Indenizável Líquido

O evento indenizável líquido em 2021 apresentou aumento de 38% em relação ao ano anterior.



Fonte: DIOPS, 2021.

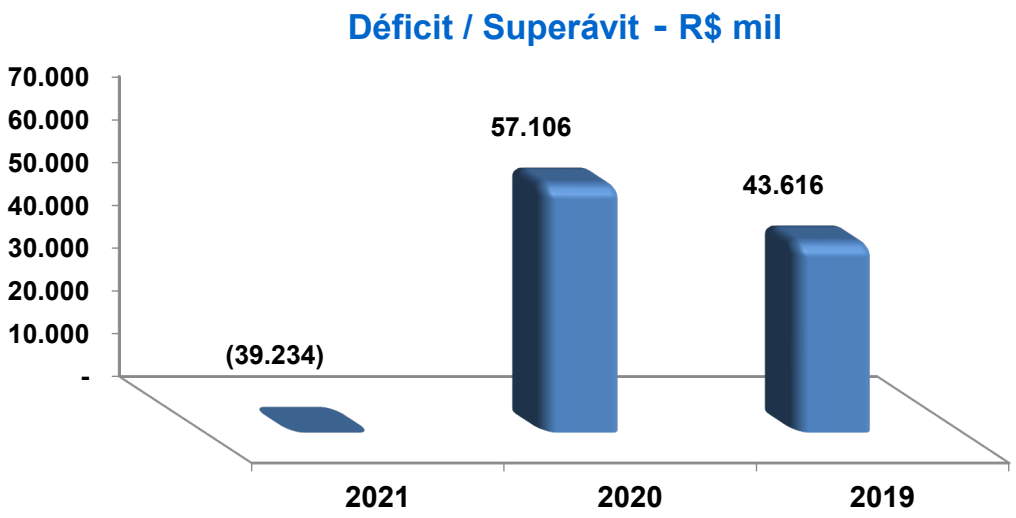
O impacto total dos eventos indenizáveis reconhecidos no resultado está potencialmente relacionado a pandemia da COVID-19.

Margem de Contribuição

A Margem de Contribuição entre a Receita de Contraprestação Pecuniária e o Evento Indenizável Líquido em 2021, foi suficiente para manter o resultado básico do Plano de Saúde em R$ 122.499 mil positivos.

Resultados

No exercício de 2021 a Associação apurou um déficit na ordem de 39.234 mil. O desempenho entre a receita de contraprestação pecuniária e os eventos avisados foi responsável pelo desempenho negativo apresentado ao final de 2021.



Fonte: DIOPS, 2021.

V – DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, beneficente e filantrópica. Não havendo finalidade de obtenção de lucros, a totalidade dos superávits obtidos é integralmente reinvestida para assegurar e fortalecer o cumprimento dos objetivos estatutários e os déficits são absorvidos pelo Patrimônio Social.

No exercício de 2021, a Associação apurou déficit.

VI – RESPONSABILIDADE SOCIAL – FILANTROPIA

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão realiza atividades de Responsabilidade Social e Filantropia por meio de diversos programas nas áreas Sociais, Educação e Saúde para a comunidade do seu entorno e em parcerias e apoio as entidades governamentais, em particular, prefeituras do Estado de São Paulo.

Este ano (2021), continuamos com ações pautadas pela pandemia COVID-19, cujas decisões foram vocacionadas pela manutenção da vida, da segurança da população e orientação para manutenção do isolamento social. Por conta deste cenário, muitas ações com apoio da Atenção Básica, Internações e Cirurgias no âmbito SUS não puderam ser realizadas. Da mesma forma o ano de 2020, cujo as metas foram suspensas pela Lei 13.992/2020, novamente o Ministério da Saúde suspende o cumprimento das metas, conforme a Lei nº 14.189 de 28/07/21.

Ainda que o cenário tenha sido negativo do ponto de vista da produção de atendimento, a Associação procurou manter todas as operações em curso. Apesar da redução da volumetria de atendimento, gerado pela restrição/isolamento social, em nenhum momento a Associação reduziu os recursos destinados aos programas de fortalecimento ao SUS. Ao contrário disso, os valores foram superiores. Em 2021 foram destinados ao atendimento de usuários SUS, por meio de recursos próprios, o valor de R$ 73 milhões, beneficiando de forma direta e indireta aproximadamente mais de 1(hum) milhão de pessoas.

Os Programas Assistenciais onde foram aplicados os recursos supra referidos, estruturaram-se da seguinte forma:

Programas Sociais – com apoio à integração de entidades e da sociedade, em ações conjuntas assistencialistas. A Associação entende que ações compostas com a sociedade civil e demais entidades associativas tem permitido ampliar os benefícios para todo o conjunto da população que os cercam. Por conta dessa visão, a Associação, por meio do seu setor de Serviço Social e em conjunto com entidades assistenciais, ajudou no fortalecimento da rede de proteção social da população de baixa condição socioeconômica do seu entorno.

Esta rede é composta por: Fraternidade Irmã Clara, Nossa Escola, Lar Redenção, Lar Criança Ninho da Paz, Lar da Infância de Nice, Creche São Pedro, Grupo Fraterno Lua Nova, Nosso Lar Recanto Idosos, Casa Cristo Redentor, CEBASP Pinheirinho, Associação Caminho da Paz, Escola 4E, Educandário Dom Duarte, Lar Mãe Divino Amor e Creche Maria Thereza Mello Mororó.

O objetivo desta rede de entidades é o apoio e assistência prevista no dispositivo legal LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e PNAS (Política Nacional de Assistência Social) às Crianças, Adolescentes, Idosos e Portadores de Necessidades Especiais em situação de risco psicossocial, onde a Associação utiliza o Hospital e Maternidade São Cristóvão e suas Unidades Ambulatoriais CAAV

– Centro Ambulatorial Américo Ventura - como referência e suporte em Saúde para a população assistida pelas entidades.

Além da prestação de serviços de saúde às entidades, a Associação, em ações compostas com sua comunidade, criou uma *rede positiva do bem,* com doação de mais de 30 toneladas de alimentos, para estas entidades por parte da comunidade, e cuja distribuição pressupunha uma avaliação e uma orientação nutricional frente as necessidades dos assistidos, impactando mais de 5.000 famílias.

Programa de Educação em Saúde – ações socioeducativas às entidades e profissionais de saúde. Considerando as características do perfil sociodemográfico de seus associados e da comunidade onde a Associação está inserida, vários cursos, atividades, ações terapêuticas e socioeducativas para a população foram promovidas, por meio do Instituto de Ensino e Pesquisa Dona Cica.

Este ano as ações foram "hibridas", parte com participação presencial e parte por videoconferência, com uso de ferramentas variadas, além da distribuição de material escrito. Considerando que em *"lives"* e videoconferência houve mais de uma pessoa assistindo, estimamos que alcançamos em 2021 mais de 10.000 participantes.

Os temas destas conferências foram: DST, Hipertensão, Risco de Queda, Outubro Rosa, Novembro Azul, Saude da Criança, Saude da Mulher, Combate ao Fumo, etc....
Tendo como exemplo o ano de 2020, e levando em conta os resultados positivos alcançados com os treinamentos ministrados pelo Dr. Diogo Mastrorroco, médico da equipe da Dra. Alessandra Schulz, mantivemos a mesma estratégia em 2021, com o processo de treinamento e palestras nas UBS para as mulheres e profissionais de saúde.

Programas de Saúde (SUS) – ações de fortalecimento das políticas do SUS, apoio e ampliação da oferta de serviços aos seus usuários, estruturados em duas grandes áreas: Atenção Básica, Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama e Cirurgia Plástica Reparadora.

A Atenção Básica conta com atendimento ambulatorial e cirúrgico quando necessário e indicado para os pacientes da Rede Proteção Social e Unidades de Saúde SUS. O acesso se dá a partir de encaminhamento via Regulação das Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios Parceiros e/ou por demanda espontânea, o que nesses casos são avaliados pelo Serviço Social da Associação.

Quadro 1 – População Impactada pelos Programas Filantropia ABFSC

Programa	Objetivo	Entidade / Parceria	População Impactada	
			Cidade	Programa
Atenção Básica	Contribuir para a consecução das ações de fortalecimento do Sistema Único Saúde - SUS, criando e implantando a assistencia de pacientes crônicos (Diabetes, Hipertensão, DOPC) estruturando a rede local e ampliando o acesso dos usuários	Município Campos Jordão	52.405	645.329
		Município Embu-Guaçu	69.901	
		Município Rio Grande da Serra	51.436	
		Município São Caetano do Sul	161.957	
		Município São Lourenço da Serra	15.978	
		Município Taboão da Serra	293.652	
Pronto Socorro	Contribuir para a consecução das ações de fortalecimento do Sistema Único Saúde - SUS, cooperando com ampliação do acesso do atendimento de urgência e emergencia dos municípes, com	Município Embu-Guaçu	69.901	371.693
		Município Francisco Morato	177.633	
		Município Ribeirão Pires	124.159	
Internação Hospitalar	Contribuir com Internações Clínicas e Cirúrgicas de baixa e média complexidade em apoio a porta de urgência/emergência	Município Embu-Guaçu	69.901	371.693
	Contribuir com ações de fortalecimento da Rede Cegonha, com a realização de Partos de baixa e média complexidade, alem de apoio a assistencia em exames laboratoriais, exames diagnose/imagem,	Município Francisco Morato	177.633	
		Município Ribeirão Pires	124.159	
Câncer Mama	Compor com a Rede de Proteção da Mulher nos municípios, dando atenção e cuidado as patologias mamárias em especial CA Mama com realização de Consultas, Exames Diagnóstico, Cirurgias, Químio e Radioterapia, além é claro da reconstrução mamaria em apoio a reforço da integralidade da saúde física e mental da mulher assistida;	Município Araçariguama	8.380	332.988
		Município Embu-Guaçu	31.668	
		Município Francisco Morato	77.881	
		Município Ribeirão Pires	57.768	
		Município Rio Grande da Serra	22.607	
		Município São Lourenço da Serra	6.885	
		Município Taboão da Serra	127.799	
Saúde do Homem	Ações de fortalecimento do Sistema Único Saúde - SUS, implantação	Arsenal Esperança	1.150	1.150

Fonte: IBGE/2021

Os principais programas são: Programa de Câncer de Mama e Cirurgia Plástica Reparadora impactando indiretamente mais 332.000 mulheres, e de forma direta mais de 700 pacientes junto aos Municípios Parceiros. Voltado para os Municípios de Embu-Guaçú e Francisco Morato, com a gestão de suas Unidades de Emergência – Pronto Socorro, com o atendimento de mais 8.000 pacientes/mês, além dos programas de Hiperdia e Medicina Preventiva e Programa de Exames de Apoio Diagnóstico.

Um dos impactos da Pandemia Covid-19 foi a queda de partos que realizávamos no município de Ribeirão Pires. Realizávamos em média 96/98 partos mês em 2019/2020, e em 2021 esta média caiu para 67 partos; ou seja, uma redução de 32%. Esta redução, ainda sob estudos pelas academias, mas de forma antecipada, se deve a preocupação dos pais com o nascimento em plena pandemia, fazendo com que muitos adiassem o planejamento da maternidade.

Outro programa que sempre mereceu destaque é parceria triangulada com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria da Casa Civil do Estado de São Paulo por meio do convênio com a instituição Arsenal da Esperança. Com um ambulatório médico para atendimento de 1.150 homens em condição de rua e vulnerabilidade social, praticamos a política proposta pelo Ministério da Saúde voltada à saúde do homem.
No ano 2021, ainda que o Arsenal tenha reduzido o número de acolhidos em regime albergue, a atenção à saúde bucal contou com mais um consultório odontológico e fornecimento de próteses dentárias aos acolhidos, conseguindo manter seus principais objetivos, resgatando a dignidade da pessoa assistida pelo programa, mesmo que para poucos pacientes.

A Associação destinou para essas ações – Saúde, Educação e Social, recursos próprios no valor de R$ 73 milhões, ou seja, 20% a mais quando comparado com 2020, contra uma receita menor, comparativamente, dado o reajuste negativo dos planos de saúde.

Desta forma, a população descrita no Quadro 1 com os Programas Assistenciais, foram beneficiadas de forma direta e/ou indireta com os recursos acima representando mais de 10% de suas receitas, como segue:

Tabela 1 - Composição das Despesas por Município Parceiro – 2021

Estabelecimento/Vinculação	Valor da Gratuidade - R$
Estabelecimento Próprio	19.490.373,80
Gestão SUS - Araçariguama*	36.241,66
Gestão SUS - Arsenal	1.918.097,15
Gestão SUS - Campos do Jordão	276.854,77
Gestão SUS - Caieiras*	11.011,48
Gestão SUS - Embú-Guaçu*	6.626.925,78
Gestão SUS - Francisco Morato	25.693.543,19
Gestão SUS - Ribeirão Pires*	12.272.931,02
Gestão SUS - Rio Grande da Serra*	128.952,85
Gestão SUS - São Caetano do Sul	406.137,41
Gestão SUS - São Lourenço Serra*	-
Prevenção e Promoção a Saúde	6.268.936,86
Gastos Atendimento SUS (Total)	**73.130.005,98**

Fonte: Controladoria SC/2022; * Parceiros Programa Câncer Mama

Com as ações de fortalecimento das políticas do SUS, apoio e ampliação da oferta de serviços aos seus usuários, estruturados nas seguintes áreas: Atenção Básica, Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama, Cirurgia Plástica Reparadora e, Assistência Hospitalar – Tabela 2.

Tabela 2 – Resumo dos Atendimentos SUS e Não SUS da ABFSC – 2021

PACIENTE			
Não SUS			
Estabelecimento Próprio*	**Outros Procedimentos**	**Cirurgias**	**Internação**
	567.366	10.197	27.490
Total de Atendimento			**605.053**

Fonte: Municípios Parceiros/2021

Estabelecimento/Vinculação	PACIENTE SUS		
	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação
Estabelecimento Próprio*	16.769	55	86
Gestão SUS - Arsenal	2.880	-	-
Gestão SUS - Campos do Jordão	960	-	-
Gestão SUS - Embú-Guaçu	44.649	16	265
Gestão SUS - Francisco Morato	554.585	843	2.438
Gestão SUS - Ribeirão Pires	131.377	3.539	1.678
Gestão SUS - São Caetano do Sul	1.320	-	-
Total	**752.540**	**4.453**	**4.467**
Total de Atendimento			**761.460**

Fonte: Municípios Parceiros/2021

Como mencionado no Relatório de 2020, a parceria iniciada em 13/03/2020 com a Secretaria de Saúde do Município de Francisco Morato e o Lar Assistencial São Benedito evoluiu e assumiu num novo papel em 2021. Em Dezembro de 2020 a Associação ingressou como associado contribuinte no Lar Assistencial São Benedito - LASB, com direito a voto e a ser votado. Por sua vez, esta participação levou a ABFSC a assumir a GESTÃO da Santa Casa, tendo como novo Presidente do LASB para o biênio 21/22 o Presidente do Conselho e CEO do São Cristóvão, o Eng. Valdir Pereira Ventura.

Tabela 3 – Produção SUS Santa Casa de Francisco Morato - 2021

Santa Casa Francisco Morato - 2021													
Descrição/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Consultas PS	9.062	8.342	8.198	7.006	7.766	7.449	9.078	9.676	10.408	7.569	10.820	12.966	108.340
Consultas Especialidades	1.064	1.284	1.067	1.533	1.089	1.186	1.473	1.169	1.803	1.202	1.325	1.537	15.732
Procedimentos Enfermagem	30.963	20.215	18.163	16.692	20.425	18.076	21.779	24.074	26.291	19.062	28.119	32.588	276.447
Ex Imagens	3.205	3.148	3.767	2.993	3.245	2.940	3.515	3.614	4.139	3.099	4.292	4.398	42.355
Lab Anal Clínicas	8.627	7.589	10.661	9.456	11.258	9.160	9.160	9.160	9.160	9.160	9.160	9.160	111.711
Internações	175	153	229	253	224	260	223	146	163	171	319	122	2.438
Pequenas Cirurgias*	106	69	-	-	-	-	-	89	120	67	36	356	843

Fonte: Santa Casa Fco Morato/21; * Suspensão das Cirurgias Março a Julho/21 por conta Covid19.

Na condição de Hospital Referência Covid-19 em 2021, a Santa Casa de Francisco Morato pactuou com Secretária de Saúde do município 55 leitos dedicados exclusivamente para este tipo de atendimento, enquanto os outros 35 foram dedicados às demais patologias. Dessa forma, algumas ações e projetos planejados para 2021, foram prorrogados para 2022, como por exemplo a Maternidade.

Para 2022, a meta é a pactuação da abertura da maternidade na Santa Casa, com o objetivo de realizar 200 partos de baixa complexidade – risco habitual/ mês, além de pequenos procedimentos cirúrgicos.

Como destacado no relatório de 2020, com a reorganização e gestão da Santa Casa, os planos da ABFSC visavam a ampliação da Taxa de Ocupação de 27% para 65% em média. Entretanto, em função da pandemia, os resultados alcançaram em média 42% de ocupação, tendo picos de atendimento de 80% no auge da pandemia.

VII – CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

O Grupo São Cristóvão Saúde, com o objetivo de padronizar seus processos, melhorar a qualidade de seus serviços, fortalecer a assistência segura e ampliar a sua competitividade junto ao mercado de trabalho, buscou através de acreditações, certificações e premiações, a implantação de modelos de excelências para seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Em 2021 o Hospital e Maternidade São Cristóvão recebeu a visita de manutenção referente ao ciclo 2022 da acreditação de excelência **ONA nível III**.

Anualmente, temos a honra de colaborar com a qualidade dos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e fomos premiados em 2021, onde a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo conferiu ao Hospital e Maternidade São Cristóvão o selo SINASC.

Em 2021 recebemos a visita de **Manutenção QMENTUM**. Neste ano tivemos um modelo diferente de avaliação. A avaliação foi realizada de forma REMOTA, através de meios tecnológicos foi apresentada as evidências solicitadas pelo avaliador.

Em virtude dos programas de utilização dos recursos naturais de forma consciente, em 2021 o Grupo São Cristóvão Saúde foi contemplado, pela décima vez, com o **Selo Verde do Instituto Chico Mendes de Meio Ambiente**, através dos projetos que englobam a otimização de energia elétrica, água e reciclagem de resíduos.

A manutenção da **Certificação ISO 9001:2015** ocorre anualmente para o Plano de Saúde São Cristóvão, onde atende aos requisitos de qualidade da norma. Em 2021 recebemos a visita da referida certificação pelo o organismo acreditador SGS.

Com a consolidação dos selos de qualidade (CQH, ONA e ISO), novos processos foram estabelecidos dentro da Associação, proporcionando uma melhor gestão dos nossos recursos e consequentemente uma melhor qualidade dos nossos serviços.

VIII – RECURSOS HUMANOS

O número de colaboradores no regime CLT nos últimos anos está demonstrado a seguir:

2021	2020
2.096	1.966

Os gastos (R$ mil) com benefícios concedidos aos colaboradores nos últimos anos foram:

BENEFÍCIO	2021	2020
VA	3.344	2.806
VT	4.110	4.302
Creche	692	615
VR	1.601	1.354
Seguro – Vida Grupo	244	242

Segmentação da mão-de-obra segundo o nível educacional

Em 2021, os colaboradores estão classificados segundo o nível educacional da seguinte forma:

Classificação de nível educacional	*2021*
Colaboradores Fundamental Incompleto	57
Colaboradores Fundamental Completo	50
Colaboradores Ensino Médio Incompleto	34
Colaboradores Ensino Médio Completo	1196
Colaboradores Superior Incompleto	80
Colaboradores Superior Completo	276
Colaboradores Pós Graduação Incompleto	50
Colaboradores Pós Graduação Completo	346
Colaboradores Doutorado Completo	2
Colaboradores Mestrado Completo	5

IX – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Água de reuso

Através de avaliações em locais com descarte de água, refrigeração dos sistemas de vácuo, refrigeração das bombas de vácuo das autoclaves, sistema degelo da serpentina da central de oxigênio, residual do sistema de osmose reversa e condensados do sistema de ar condicionado.

Captação, tratamento e utilização de água de chuva para reuso

Seguindo as premissas institucionais, ao longo de 2021 foi realizado a ampliação do sistema de armazenamento de água de reuso com a instalação de 06 (seis) reservatórios adicionais alocados na Rua Guadiana e que juntos armazenam um total 120.000 litros de água, utilizando o sistema de captação de água e transporte por gravidade já existente.

Por meio do sistema de bombeamento a água armazenada nestes reservatórios é transferida para reservatórios maiores com capacidade de 75.000 litros que estão alocados próximo ao Espaço de Colaboradores para posteriormente ser transferida para caixas superiores do 1º andar do prédio do hospital, onde lá recebem todo tratamento de cloração e análise bacteriológica antes do reuso.

O resultado alcançado com as ações reflete numa economia de 1.072m³ (um milhão e setenta e dois mil litros) /mês e 12.863m³ (doze milhões oitocentos e sessenta e três mil) /ano. Somando-se o sistema de aproveitamento de água de chuva ao sistema de reuso, ações de vistorias diárias e a utilização de indicadores de controle, obtivemos uma economia de 515m³ (quinhentos e quinze mil litros) em relação a 2020, acumulado de 55% no consumo de água potável ou 1.587m³ (um milhão quinhentos e oitenta e sete mil litros) /mês, mesmo com obras em andamento e expansão de 11% no número de leitos, totalizando 300 leitos disponíveis para atendimento.

Economia de energia elétrica

Além da ação contínua de substituição do sistema de ar condicionado por sistema inverter, está em execução o projeto de readequação e instalação do sistema de automação “Sitrad Full Gauge” para controle das unidades antigas onde somente a utilização dos equipamentos de ar condicionado equivalem a cerca de 37% do consumo de energia do hospital, atualmente o sistema de automação abrange 42 equipamentos de refrigeração e ar condicionado, o que representa uma redução de 16% no consumo de energia elétrica.

A edificação segue com a utilização de iluminação LED tanto nas atividades de manutenção corretiva como em novas obras, seguimos mantendo a adesão da modalidade Mercado Livre de Energia para compra de energia, com a utilização de fontes renováveis para uma energia limpa. Ainda se encontra em fase de estudos a viabilidade de instalação de painéis fotovoltaico para produção de parte da energia utilizada pela instituição.

X – POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

A política de investimento da Associação classifica os ativos financeiros em quatro categorias:

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
b. Investimentos mantidos até o vencimento;
c. Empréstimos e recebíveis; e
d. Ativos financeiros disponíveis para venda.

As aplicações em títulos e valores mobiliários somente ocorrerão no caso da Associação tiver a capacidade financeira de manter esses títulos e valores até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2021 a Associação não possui aplicações financeiras classificadas na categoria mantidos até o vencimento.

XI – INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Associação divulga as seguintes informações relevantes às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021:

CEBAS

A Associação protocolou junto ao Ministério da Saúde as renovações da sua Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, com base na Lei nº 12.101/2009, mediante aos Processos de nº 250000.111399/2012-26/MS, referente ao ano de 2012 e de nº 25000.001192/2016-78/MS, referente ao ano de 2015.

Em 9 de julho de 2015, através da Portaria de nº 492, a Secretaria da Saúde indeferiu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social referente ao Processo de nº 25000.001192/2016-78/MS. Em 7 de julho de 2015, a Associação protocolou recurso administrativo dessa decisão junto ao Ministério da Saúde, sem obter êxito.

Em meados de 2019, a Associação ingressou com a Ação Judicial de número 1019195-07.2019.4.01.3400, em trâmite na 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária, do Distrito Federal, em que se pede a anulação da decisão indeferitória, no Processo Administrativo de renovação do CEBAS, pelo Ministério da Saúde.

Aludida ação tem por fundamento a mutação jurisprudencial ocorrida no Supremo Tribunal Federal, em face da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2028-DF, que foi convertida em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O tema nº 32, da Repercussão Geral do STF, reconhece que as contrapartidas para o reconhecimento das entidades de filantropias, para os efeitos da isenção para a seguridade social, devem ser aquelas estabelecidas em lei complementar, tornando discutível juridicamente, portanto, as atuais leis e regras infra legais que disciplinam o CEBAS. Consequentemente, esta situação somente será resolvida através de decisão judicial ou mudança legislativa.

No fim de 2020, a Associação impetrou Mandado de Segurança perante o Superior Tribunal de Justiça de número 26837, em trâmite, na 1ª Sessão, em que se pede a anulação da decisão indeferitória, no Processo Administrativo de renovação do CEBAS, pelo Ministério da Saúde, e, da manutenção da classificação na modalidade filantrópica pela ANS. Em

fevereiro de 2021 foi deferida a Medida Liminar suspendendo a decisão do Ministério da Saúde, mantendo os efeitos provisórios da concessão do CEBAS.

Considerando a decisão do STF nos embargos de declaração nos autos do RE 566.622/RS, julgado sob o regime da repercussão geral e das ADIs 2.028 e 2.036, ficou evidente que, qualquer contrapartida que fixe a forma de atuação das entidades beneficentes de assistência social, deve ter como norma a Lei Complementar. Nesse mesmo sentido, apesar da Lei nº 12.101/2009 não ter sido formalmente declarada inconstitucional é certo que o STF manterá sua posição que pode ser observada na declaração de inconstitucionalidade arguida nos autos da ADI 4.891, a qual se encontra pendente de julgamento.

O CEBAS é condição necessária ao gozo da imunidade de impostos e contribuição social, bem como exigência da ANS para classificação da operadora como filantrópica e não medicina de grupo.

Houve a concessão da medida liminar tanto para manutenção dos efeitos da imunidade tributária como para a condição de operadora filantrópica junto à ANS.

Com a publicação da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referente à imunidade de contribuições à seguridade social, a Associação, com base no parecer dos seus assessores jurídicos, entende que o direito a gozo da imunidade está garantido, afastando a não exigibilidade das contribuições previdenciárias.

Imunidade Municipal

Em 2 de dezembro de 2019 foi encerrada a fiscalização da imunidade tributária da Associação pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a emissão de diversos Autos de Infração que totalizam R$ 87 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2014 a 2017.

Foi emitido pelo Auditor Fiscal da PMSP, o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional.

A Associação goza de imunidade tributária de impostos, na forma do art. 150, VI, “c”, da Constituição, regulamentada pelo art. 14, incisos I, II e III, do Código Tributário Nacional, o qual cumpre em sua totalidade, isto é, não distribui lucro ou parcela de seu patrimônio, aplica os recursos em todo território nacional e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Os fundamentos da autuação não estão baseados no citado artigo 14 e seus três incisos. A discussão ainda se encontra em fase de processo administrativo, com exigibilidade suspensa dos tributos incluídos nos Autos.

A Associação informa a Prefeitura do Município de São Paulo que a Operadora é uma entidade imune, sendo que as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não contemplam reconhecimento de quaisquer tributos e contribuições decorrentes dos referidos Autos de Infração.

XII – PERSPECTIVAS PARA 2022

Os efeitos provocados pelo Covid-19 na economia têm sido devastadores, causando, por exemplo, redução global de oferta de trabalho, retração em investimentos, entre outros. Não há como mensurar os reais impactos que o vírus vem causando na economia como um todo, existindo incertezas do mercado de saúde neste estado de pandemia, e as projeções de crescimento econômico para 2022 continuam sendo preocupantes.

Apesar dessa crise pandêmica mundial, a Associação espera estender a quantidade de atendimento dos programas nas áreas sociais existentes.

Na área hospitalar os projetos para 2022 são:

- Ampliação 3º SS do Pronto Socorro Adulto, área construída de 691m².
- Criação da Ressonância, área construída 320 m².
- Reformulação do Hospital Dia, área construída 377 m².
- Ampliação da Central Fone
- Ampliação Almoxarifado
- Implantação do Projeto Tubo Pneumático
- Criação do CAIS 2
- Hospital de Retaguarda (em estudo)
- Em estudos: a expansão de novas unidades
- Em desenvolvimento: Implantação MV Soul; Lean Health Care; Telemedicina; RFID para controle patrimonial (em estudo); Biometria (em estudo) Implantação de CRM (em estudo); aquisições de equipamentos, aparelhos hospitalares e outros

- Ações de Marketing: Investimento em mídias digitais, fortalecimento da marca São Cristóvão, comunicações institucionais, merchandising em shopping, mídias impressas, mídias digitais, publicidades, redes sociais e apoios a eventos

São Paulo, 23 de março de 2022.

Valdir Pereira Ventura
Presidente do Conselho Deliberativo

Anexo nº 1

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2021 R$	2020 R$
ATIVO CIRCULANTE		**117.083.967**	**200.545.222**
Disponível	**6**	**5.869.417**	**297.344**
Realizável		**111.214.550**	**200.247.878**
Aplicações Financeiras	7	78.762.791	157.900.267
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		52.996.250	50.043.612
Aplicações Livres		25.766.541	107.856.655
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**8**	**11.874.339**	**25.502.218**
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		11.505.814	9.713.816
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		11.957	13.241
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		356.568	15.775.161
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		60.076	53.945
Créditos Tributários e Previdenciários		2.215.896	432
Bens e Títulos a Receber	9	17.704.329	16.122.546
Despesas Antecipadas		597.119	668.470
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**286.961.137**	**200.262.200**
Realizável a Longo Prazo	**10**	**20.218.717**	**5.975.593**
Títulos e Créditos a Receber		11.176.593	614.442
Depósitos Judiciais e Fiscais		5.667.124	5.361.151
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		3.375.000	-
Imobilizado	**11**	**266.742.420**	**194.286.607**
Imóveis de Uso Próprio		172.060.710	110.850.550
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		87.200.182	90.287.695
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		84.860.528	20.562.855
Imobilizado de Uso Próprio		37.688.598	27.193.573
Imobilizado – Hospitalares / Odontológicos		27.405.178	19.148.924
Imobilizado – Não Hospitalares / Odontológicos		10.283.420	8.044.650
Imobilizações em Curso		30.221.262	31.200.006
Outras Imobilizações		26.771.850	25.042.477
TOTAL DO ATIVO		**404.045.104**	**400.807.422**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

Anexo nº 1

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em Reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	2021 R$	2020 R$
PASSIVO CIRCULANTE		**138.231.053**	**125.084.647**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**12**	**80.915.146**	**75.878.052**
Provisões de Prêmios / Contraprestações	13	28.024.416	28.095.860
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		28.024.416	28.095.860
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	13	9.265.245	6.481.571
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		31.064.207	28.051.516
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	13	12.561.278	13.249.105
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**2.444.126**	**2.587.277**
Contraprestações / Prêmios a Restituir		58.113	-
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		1.584.748	1.233.201
Comercialização sobre Operações		780.884	1.342.980
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		19.014	10.213
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	14	1.367	883
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		7.040.629	5.898.584
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	12.469.198	3.204.210
Débitos Diversos	16	35.361.954	37.516.524
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**47.659.144**	**18.333.661**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	17	5.339.942	6.561.494
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		5.339.942	6.561.494
Provisões	17	9.557.930	7.537.140
Provisões para Ações Judiciais		9.557.930	7.537.140
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	3.606.086	3.524.682
Tributos e Contribuições		3.606.086	3.524.682
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	27.551.020	643.551
Débitos Diversos		1.604.166	66.794
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		**218.154.907**	**257.389.114**
Capital Social / Patrimônio Social	3.1.6	257.389.114	200.282.766
Prejuízos / Lucros - Déficits / Superávits Acumulados ou Resultado	32	(39.234.207)	57.106.348
TOTAL DO PASSIVO		**404.045.104**	**400.807.422**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

Anexo nº 2

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em Reais)

Descrição	Nota Explicativa	2021 R$	2020 R$
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	**18**	**678.761.512**	**614.080.928**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		678.761.512	614.080.928
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		678.761.512	614.080.928
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	**19**	**(556.261.972)**	**(403.241.562)**
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(556.949.799)	(405.744.284)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		687.827	2.502.722
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**122.499.540**	**210.839.366**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		4.617.409	5.183.135
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		**22.514.357**	**16.823.623**
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	**21**	10.210.408	7.310.577
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		-	1.738.801
Outras Receitas Operacionais	**22**	12.303.949	7.774.245
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(26.461.829)**	**(17.945.798)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	**23**	(3.666.958)	(2.765.940)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(2.773.242)	(2.190.212)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(20.021.629)	(12.989.646)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		**(69.704.365)**	**(61.282.857)**
RESULTADO BRUTO		**53.465.112**	**153.617.469**
Despesas de Comercialização		(27.979.911)	(39.006.936)
Despesas Administrativas	**25**	(72.677.871)	(63.714.907)
Resultado Financeiro Líquido		**7.980.087**	**6.237.350**
Receitas Financeiras		17.803.693	15.622.397
Despesas Financeiras		(9.823.606)	(9.385.047)
Resultado Patrimonial	**26**	**(21.624)**	**(26.628)**
Receitas Patrimoniais		-	85.088
Despesas Patrimoniais		(21.624)	(111.716)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(39.234.207)**	**57.106.348**
RESULTADO LÍQUIDO		**(39.234.207)**	**57.106.348**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em Reais)

Descrição	***Patrimônio* Social R$**	***Superávit/ Déficit do* Exercício R$**	***Total* R$**
Saldo em 31.12.2019	**156.666.927**	**43.615.839**	**200.282.766**
Transferência para o Patrimônio Social	43.615.839	(43.615.839)	-
Superávit do Exercício		57.106.348	57.106.348
Saldo em 31.12.2020	**200.282.766**	**57.106.348**	**257.389.114**
Transferência para o Patrimônio Social	57.106.348	(57.106.348)	-
Déficit do Exercício		(39.234.207)	(39.234.207)
Saldo em 31.12.2021	**257.389.114**	**(39.234.207)**	**218.154.907**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

Anexo nº 4

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em reais)

	2021 R$	2020 R$
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	688.513.195	599.337.965
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	433.459.214	306.575.751
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	2.645.747	6.164.802
(+) Outros Recebimentos Operacionais	9.419.229	7.747.786
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(390.239.442)	(278.482.521)
(-) Pagamento de Comissões	(25.687.273)	(35.741.066)
(-) Pagamento de Pessoal	(122.837.656)	(104.285.911)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(87.200.539)	(59.933.886)
(-) Pagamento de Tributos	(52.552.029)	(45.050.323)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(4.566.491)	(4.556.401)
(-) Pagamento de Aluguel	(9.053.450)	(7.062.902)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(18.084.769)	(13.092.843)
(-) Aplicações Financeiras	(365.484.242)	(317.606.575)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(10.700.663)	(12.023.904)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**47.630.831**	**41.989.972**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(40.864.857)	(35.944.685)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(39.812.012)	(6.210.374)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(80.676.869)**	**(42.155.059)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	41.226.344	3.650.682
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(2.037.988)	-
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(570.245)	(3.390.775)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**38.618.111**	**259.907**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**5.572.073**	**94.820**
CAIXA – Saldo Inicial	297.344	202.524
CAIXA - Saldo Final	5.869.417	297.344

Ativos Livres no Início do Período	107.856.654	98.194.225
Ativos Livres no Final do Período	25.766.541	107.856.654
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	**(82.090.113)**	**9.662.429**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em Reais)

	2021	***2020***
	R$	***R$***
Resultado Líquido do Exercício	**(39.234.207)**	**57.106.348**
Componentes do Resultado Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**(39.234.207)**	**57.106.348**

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

Anexo nº 6

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Nota 1 - Contexto Operacional

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão é uma entidade civil brasileira, de fins não econômicos, de caráter assistencial, beneficente e filantrópica e de índole apolítica, que tem por objetivo:

I. Operar Plano de Saúde e manter programas de assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica aos associados, observando os termos do Regulamento;
II. Criar, manter e administrar casa de repouso, asilo, creches e outras entidades voltadas para a assistência à saúde.
III. Celebrar convênios com outras instituições para prestação de assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica aos associados, a critério da Diretoria;
IV. Manter e editar um periódico para orientação dos associados;
V. Prestar gratuitamente assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica às pessoas indigentes e/ou carentes de recursos.

Para atender esses objetivos, mantém os seguintes Departamentos:

- Sede Social;
- Departamento de Assistência Médica Ambulatorial, Hospitalar, Sanatorial e Odontológica;
- Hospital e Maternidade São Cristóvão;
- Sanatório São Cristóvão;
- Casa de Repouso São Cristóvão;
- Lar das Crianças São Cristóvão;
- Lar Geriátrico São Cristóvão;
- Centro de Estudos e Pesquisas.

A Associação é reconhecida como utilidade Pública Federal, conforme o Decreto nº 85.752/1981, possuindo o registro no Conselho Nacional de Serviço Social, como entidade de fins filantrópicos, conforme Certificado definitivo expedido em 29/04/1981, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.572/1977.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde SUPLEMENTAR – ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS RN nº 435, emitida em 23/11/2018, e Resolução Normativa ANS RN nº 446, emitida em 1º de novembro de 2019.

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação (moeda funcional). Tais Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais.

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Associação em 23 de março de 2022.

Nota 3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 - Base de Preparação e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionadas na Nota nº 2. A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com a RN nº 435/2017 e RN nº 446/2019, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis e estão divulgadas na Nota nº 4. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos

em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que se espera serem necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

A Administração informa que a Operadora possui recursos para garantir a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Em conformidade com o previsto no item IV, do artigo 29, da Lei nº 12.101/2009, e em atendimento as Normas Contábeis emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a partir do exercício de 2020, a Operadora não reconhece mais em sua escrituração contábil o valor da renúncia fiscal decorrente dos impostos e contribuições federais, municipais e estaduais usufruídos pela imunidade tributária que goza.

3.1.1 - Ativo Circulante - O Ativo Circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

3.1.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidade)

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

3.1.1.2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos, no caso de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro que não seja pelo valor justo, por meio do resultado, dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data do Balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; de investimentos, mantidos até o vencimento; de empréstimos e de recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda e de passivos financeiros, mensurados a valor justo no Resultado e outros passivos financeiros.

3.1.1.3 - Aplicações Financeiras

Os títulos e valores mobiliários possuem características de disponível para venda e estão acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado) que se aproximam do valor justo.

3.1.1.4 - Contraprestação Pecuniária a Receber

As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com Plano de Saúde correspondem aos valores das mensalidades a receber dos associados aos Planos de Saúde comercializados pela Associação.

Essas contraprestações são reconhecidas pelo valor justo, ou seja, reconhecidos pelo valor cobrado ou nominal. A constituição das provisões para perdas com esses créditos contempla as mensalidades vencidas a mais de 60 dias para pessoa física e de 90 dias para pessoa jurídica.

3.1.1.5 - Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoques “custo médio”.

3.1.1.6 - Demais Créditos a Receber

Os títulos e créditos decorrentes de operações não relacionadas aos planos correspondem, principalmente, a operações no atendimento hospitalar a particulares e a convênios.

Esses créditos são reconhecidos pelo valor justo, ou seja, pelo valor efetivamente faturado. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

3.1.2 - Ativo Não Circulante

3.1.2.1 - Realizável a Longo Prazo

Os valores dos depósitos judiciais são reconhecidos à medida do efetivo desembolso conforme determinação do Poder Jurídico.

Não há constituição para provisão de perdas com esses créditos cuja expectativa de realização está atrelada à expectativa de desembolso estimado para liquidação das Ações contra a Associação.

3.1.2.2 - Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros Ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	*Anos*
Edificações	50
Equipamentos Aparelhos Hospitalares	10
Móveis Hospitalares	10
Equipamentos de Processamento Dados	10
Máquinas e Equipamentos não Hospitalares	10
Móveis e Utensílios não Hospitalares	10
Veículos e Acessórios	5

3.1.3 - "Impairment" de Ativos Não Financeiros

Os Ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.1.4 - "Impairment" de Ativos Financeiros

A Associação avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o Ativo Financeiro ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativo financeiro que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Associação usa para determinar se há evidências objetivas de uma perda por "impairment" incluem:

i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
ii. Quebra de Contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
iii. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele Ativo Financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Associação reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos. Para os demais títulos e créditos a receber a redução ao valor recuperável considera aqueles em atraso acima de 90 dias.

As demais classes de ativos financeiros classificados como recebíveis não contêm ativos classificados como "impairment".

3.1.5 - Passivo Circulante e Não Circulante - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.

3.1.5.1 - Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores de Serviços

Os eventos a liquidar são as obrigações a pagar pelos serviços prestados pela rede credenciada no atendimento aos Associados dos Planos de Saúde comercializados pela Associação, sendo que o prazo médio de pagamento não é superior a 30 dias.

Esses eventos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, considerando como tais os valores dos serviços estabelecidos em cláusulas contratuais.

3.1.5.2 - Tributos e Contribuições a Recolher

Os tributos e contribuições a recolher são registrados a partir do conhecimento do seu fato gerador. As obrigações legais suspensas por determinação judicial são reconhecidas como se devidos fossem contemplando os encargos financeiros aplicados em débitos vencidos.

3.1.5.3 - Empréstimos e Financiamento

As obrigações decorrentes de operações de empréstimos efetuados com as instituições financeiras autorizadas são reconhecidas pelo valor presente, contemplando os cálculos dos encargos incorridos estipulados contratualmente até a data de 31 de dezembro de 2021.

As parcelas a vencer superiores há 12 meses são registradas no Passivo não Circulante.

3.1.5.4 - Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como Passivo Circulante se o pagamento for devido no período de até um ano (ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentados como Passivo não Circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado como o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da Fatura correspondente, sendo que o prazo médio de pagamento é de 30 dias.

3.1.5.5 - Provisões

As provisões envolvendo as operações de assistência à saúde são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, contemplando estimativas atuariais com base em metodologia própria.

As provisões para Ações Judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Associação: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

A provisão de férias é constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.1.6 - Patrimônio Social

O Patrimônio Social compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

3.1.7 - Reconhecimento da Receita

(a) Contraprestação Pecuniária de Assistência à Saúde

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco através do cálculo “pró-rata-die”.

(b) Receitas Hospitalares

Correspondem às receitas não relacionadas com os Planos de Saúde comercializados pela Associação, proveniente dos serviços prestados dentro das dependências hospitalares a terceiros, sejam eles realizados a particulares e a Planos de Saúde mediante Contrato de rede conveniada.

Essas receitas são reconhecidas mediante a emissão mensal da Fatura.

(c) Receita Financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.1.8 - Gratuidades e Benefícios Fiscais Usufruídos

Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos de forma segregada. Os benefícios concedidos como gratuidade por meio da prestação de serviços são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado.

Os benefícios fiscais usufruídos decorrentes da renúncia Fiscal estão divulgados na Nota Explicativa nº 29.

Nota 4 - Julgamentos, Estimativas e Premissas Significativas

Na elaboração das Demonstrações Contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos Ativos e Passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além de auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando à seleção de vida útil dos bens do Imobilizado, atualizações de débitos fiscais parcelados e ainda não consolidados, provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, ao valor justo dos imóveis e dos instrumentos financeiros.

Nota 5 - Gestão de Risco Financeiro

As atividades da Associação se expõem a alguns riscos financeiros: Risco de Crédito e Risco de Liquidez.

(a) Risco de Crédito

O risco de créditos decorre de Caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em instituições financeiros, bem como de exposição de créditos a receber dos associados. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos considerados recebíveis. Em relação aos créditos a receber de associados, respeitando as Normas do órgão regulador do mercado de Planos de Saúde, a prestação dos serviços aos associados está condicionada à sua pontualidade de pagamento da mensalidade.

(b) Risco de Liquidez

A previsão do Fluxo de Caixa é realizada pela Diretoria Financeira através da monitoração das previsões orçamentárias para assegurar que a Associação tenha Caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

O excesso de Caixa mantido pela Associação, além do saldo exigido para administração do Capital Circulante, é investido em Contas Correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme as referidas previsões.

Nota 6 - Disponível

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Descrição	***31/12/2021 Em R$***	***31/12/2020 Em R$***
Caixa	26.529	35.084
Bancos Conta Movimento	5.842.888	262.260
Total	**5.869.417**	**297.344**

Nota 7 - Aplicações Financeiras

Referem-se às aplicações/maneiras em Fundos de Investimentos, registradas ao valor justo, contemplando o valor de custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos financeiros até 31 de dezembro de 2021, estando assim apresentadas:

Descrição	***31/12/2021 Em R$***	***31/12/2020 Em R$***
Aplicação Garantidoras das Provisões Técnicas	52.996.250	50.043.612
Fundo de Investimento Renda Fixa	52.996.250	50.043.612
Aplicações Livres	25.766.541	107.856.655
Títulos de Renda Fixo	-	22.129.799
Fundo de Investimento Renda Fixa	25.766.541	85.726.856
Total	**78.762.791**	**157.900.267**

Nota 8 - Créditos de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Descrição	*31/12/2021 Em R$*	*31/12/2020 Em R$*
Contraprestação Pecuniária Receber Assist. Médico-Hospitalar	**63.070.640**	**50.883.611**
Coletivo	20.856.232	17.688.032
Individual	42.214.408	33.195.579
Contraprestação Pecuniária a Receber Assist. Odontológica	**644.676**	**371.861**
Coletivo	151.143	90.640
Individual	493.533	281.221
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	**75.153**	**66.512**
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	**(52.272.698)**	**(41.594.927)**
Outros Créditos de Operação com Planos de Assistência à Saúde	**356.568**	**15.775.161**
Total	**11.874.339**	**25.502.218**

Nota 9 - Bens e Títulos a Receber

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Descrição	*31/12/2021 Em R$*	*31/12/2020 Em R$*
Estoque	5.678.462	6.103.826
Títulos a Receber	17.570.787	11.499.308
Outros Títulos a Receber / Adiantamentos	1.720.817	2.049.371
Imóveis a Venda (2)	3.600.223	3.600.223
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos (1)	(10.865.960)	(7.130.182)
Total	**17.704.329**	**16.122.546**

(1) Refere-se a provisão para perdas esperadas com Títulos a Receber.
(2) Refere-se ao Imóvel localizado no Município de São Paulo, Rua Valentim Magalhães, Mooca, objeto de negociação com a empresa Cyrela através de contrato de permuta financeira.

Nota 10 - Realizável a Longo Prazo

Está composto da seguinte forma:

Descrição	*31/12/2021 Em R$*	*31/12/2020 Em R$*
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.667.124	5.361.151
Títulos e Créditos a Receber	11.176.593	614.442
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	3.375.000	-
Total	**20.218.717**	**5.975.593**

Nota 11 – Imobilizado

Nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os bens do Ativo Imobilizado estão representados da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2021			
	Custo	Deprec.	Líquido	Líquido 31/12/2020
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	**198.065.067**	**26.004.357**	**172.060.710**	**110.850.550**
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO HOSPITALARES	**106.779.731**	**19.579.549**	**87.200.182**	**90.287.695**
Terreno	10.315.000	-	10.315.000	10.315.000
Edificações	96.464.731	19.579.549	76.885.182	79.972.695
OUTROS IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	**91.285.336**	**6.424.808**	**84.860.528**	**20.562.855**
Terrenos	44.226.000	-	44.226.000	9.426.000
Edificações	47.059.336	6.424.808	40.634.528	11.136.855
BENS MÓVEIS DE USO PRÓPRIO HOSPITALARES	**41.426.759**	**14.021.581**	**27.405.178**	**19.148.924**
Equipamentos Aparelhos Hospitalares	35.020.369	11.270.483	23.749.886	16.664.668
Móveis Hospitalares	6.244.998	2.662.779	3.582.219	2.395.043
Instalações –Hospitalares	161.392	88.319	73.073	89.213
OUTROS MÓVEIS DE USO PRÓPRIO	**22.834.480**	**12.551.060**	**10.283.420**	**8.044.650**
Equipamentos de Processamento Dados	11.594.110	6.363.808	5.230.302	3.688.974
Máquinas e Equipamentos não Hospitalares	4.320.750	2.826.397	1.494.353	1.429.755
Móveis e Utensílios não Hospitalares	6.657.122	3.196.974	3.460.148	2.784.798
Veículos e Acessórios	262.498	163.881	98.617	141.123
IMOBILIZAÇÃO EM CURSO – HOSPITALARES (1)	**30.221.262**	**-**	**30.221.262**	**31.200.006**
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	**26.771.850**	**-**	**26.771.850**	**25.042.477**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	26.771.850	-	26.771.850	25.042.477
TOTAL DO IMOBILIZADO	**319.319.418**	**52.576.998**	**266.742.420**	**194.286.607**

(1) Refere-se aos gastos com a ampliação de novas instalações da Rede Hospitalar que se encontram em andamento. A composição desses gastos está demonstrada a seguir por projetos:

Obras em Andamento	*Previsão de Término (Mês/Ano)*	*Saldo em 31/12/2021 - R$*
ADAPTACAO CASA NOVA ENGENHARIA - RUA CRISTIANOPOLIS 501/503	mar/22	107.951
ADEQUAÇÃO DE SALA DE VACINAÇÃO	mar/22	891
AMPLIAÇÃO CAAV III	jun/22	3.875
AMPLIAÇÃO ESTACIONAMENTO	mar/22	1.393.135
AMPLIAÇÃO PRONTO SOCORRO	jun/22	5.852.499
AMPLIAÇÃO RECEPÇÃO	mar/22	40.245
AMPLIAÇÃO UAR	mar/22	2.360.993
ARMARIO CARREGADOR DE BATERIA HOLTER	mar/22	880
BENFEITORIA CLAV PÓS OBRA -PORTA	mar/22	4.206
BENFEITORIA IEP	jun/22	130.591
CAAV V - BENFEITORIA DA OBRA	jun/22	215.029
CAAV VII - BENFEITORIA DA OBRA	jun/22	200.486
CAIS AMPLIAÇÃO	jun/22	74.838
CAIS I ADEQUACAO DE 2 CONSULTORIO	abr/22	74.176
CORREDOR PRESIDÊNCIA / NOVOS 20 APARTAMENTOS	abr/22	3.720.501
DIVERSOS ITENS REQ 10748	mar/22	214
EXPANSÃO CAAV IV	jun/22	134.308
FARMACIA 1º SUBSOLO	abr/22	3.556.623
ADEQUAÇÃO ENTRADA CEVAG	mar/22	2.000
AMPLIAÇÃO LANCHONETE CAAV I	mar/22	291.598
AMPLIAÇÃO REFEITORIO	mar/22	124.279
COMPRA DE LAJE	mar/22	818.537
FATURAMENTO, AUDITORIA E SPP	mar/22	410.187
LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DO TERRENO DO HOSPITAL	jun/22	38.592
PLACA DE POLICARBONATO	mar/22	33.500

REVISÃO DO TELHADO ESPAÇO DO COLABORADOR	jun/22	6.400
SERVIÇO EMERGENCIA COVID	mar/22	10.470
TELHADO DO CLAV LABORATORIO	mar/22	13.500
ITENS PROJETO UAPS	mar/22	3.223
LOJA NOVA CAAV IV	jun/22	318.606
MASTOLOGIA E VACINAÇÃO	abr/22	1.451.768
NOVA CENTRAL FONE RUA DO ORATORIO 1937	dez/22	668.625
NOVAS SALAS PARTO HUMANIZADO	mar/22	1.109.036
RAMPA DE ACESSO CEGAV	mar/22	40.000
READEQUAÇÃO - CAMPOS DO JORDÃO	dez/22	20.212
READEQUAÇÃO SALAS TERREO; GER ENF.;HOTELARIA E ANESTESIA	abr/22	152.252
REFORMA APTOS 4º ANDAR (AP 415 E 416)	mar/22	368.875
REFORMA FARMACIA CENTRAL - CAF	dez/22	45.785
RESERVATORIOS D'AGUA (P/ REUSO)	jun/22	23.021
REVITALIZAÇÃO DA FAIXADA	abr/22	122.500
SCANNER CANON A4	abr/22	188.939
SISTEMA DE ALARME	abr/22	2.957
SISTEMA DE ALARME	abr/22	7.361
SISTEMA DE CAMERAS + ALARMES	abr/22	7.949
SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO	abr/22	5.670
SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO	abr/22	4.170
SONDAGEM A PERCURSSAO TERRENO ORATORIO	mar/22	13.750
PROJETOS DIVERSOS	jun/22	6.046.060
TOTAL		**30.221.262**

Nota 12 - Provisões Técnicas

A Resolução Normativa RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Associações de Planos Privados de Assistência à Saúde, a partir de 1º de janeiro de 2016.

a) Provisão de Eventos a Liquidar

É constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data de 31 de dezembro de 2021, independentemente da emissão ou não do documento fiscal pelo prestador de serviços.

Os eventos indenizáveis provenientes do Ressarcimento SUS são reconhecidos mensalmente com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), reduzido percentual histórico de cobrança individual da Associação (% hc), dos avisos de cobrança e dos parcelamentos efetuados.

b) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Estimada atuarialmente para fazer frente aos pagamentos de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Associação.

c) Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganha

A Provisão de Prêmio ou Contribuição Não Ganha é constituída valor mensal cobrado pela Associação para cobertura de risco contratual da vigência iniciado em determinado mês, apropriada a Receita de Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Nota 13 - Movimentação das Contas de Provisões Técnicas, Eventos a Liquidar, Despesas de Comercialização e de outros Débitos das Operações com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	*Saldo de Abertura R$*	*Constituição R$*	*Reversão Baixa R$*	Saldo Final R$
Provisão de Contraprestação Não Ganha	28.095.860	683.540.163	683.611.607	28.024.416
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	6.481.571	27.640.420	24.856.746	9.265.245
Provisões de Eventos a Liquidar Outros Prestadores	11.970.557	1.122.994.724	1.119.561.384	15.403.897
Provisões de Eventos a Liquidar Rede-Própria	16.080.959	333.640.980	334.061.629	15.660.310
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	13.249.105	3.439.990	4.127.817	12.561.278

Total	**75.878.052**	**2.171.256.277**	**2.166.219.183**	**80.915.146**

Nota 14 - Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Referem-se à remuneração dos honorários médicos pela prestação de serviços médico-hospitalares não relacionados ao Plano de Assistência à Saúde, principalmente com atendimentos a particulares e a outras Operadoras de Plano de Saúde decorrentes de Contratos de Convênios firmados.

Nota 15 - Empréstimos e Financiamentos a Pagar

Em 31/12/2021 estão compostos da seguinte forma:

Contrato	*Data do Contrato*	*Vencimento*	*Taxa*	Circulante R$	Não Circulante R$	Total R$
CAPITAL DE GIRO						
SANTANDER 1033315	15/01/21	22/12/25		1.778.426	5.836.820	7.615.246
SANTANDER 1036311	19/04/21	24/03/26		10.009.978	26.515.229	36.525.207
(-) JUROS A AMORTIZAR CAPITAL DE GIRO				(3.105.261)	(4.801.029)	(7.906.290)
Finame						
AYMORÉ 32077886	30/01/20	27/01/22		39.288		39.288
AYMORÉ 32077887	30/01/20	27/01/22		39.288		39.288
AYMORÉ 3207788	03/07/20	27/01/22		39.288		39.288
AYMORÉ 35989204	30/11/21	22/05/22		778.390		778.390
AYMORÉ 36048074	10/12/21	30/05/22		978.073		978.073
AYMORÉ 35671302	27/09/21	13/11/22		393.615		393.615
AYMORÉ 34393998	19/02/21	14/04/22		126.810		126.810
AYMORÉ 34788026	28/04/21	18/06/22		188.025		188.025
AYMORÉ 35830569	27/10/21	07/10/22		678.803		678.803
LEASING						
5415662590125610	6/10/2018	6/9/2022	pré-fixado	550.138		550.138
(-) JUROS A AMORTIZAR LEASING				(25.663)		(25.663)
Total				**12.469.198**	**27.551.020**	**40.020.218**

Nota 16 - Débitos Diversos

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	***31/12/2021 Em R$***	***31/12/2020 Em R$***
Obrigação com Pessoal	19.175.113	16.761.518
Fornecedores	14.775.671	19.847.066
Depósitos de Benefic. e de Terceiros	1.317.478	751.647
Outros Débitos a Pagar	93.692	156.293
Total	**35.361.954**	**37.516.524**

Nota 17 - Passivo não Circulante

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	***31/12/2021 Em R$***	***31/12/2020 Em R$***
Provisões Técnicas de Op. De Assistência à Saúde (*Nota 17.1*)	5.339.942	6.561.494
Provisões (*Nota 17.2*)	9.557.930	7.537.140
Tributos e Contribuições a Recolher (*Nota 17.3*)	3.606.086	3.524.682
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (*Nota 15*)	27.551.020	643.551
Débitos Diversos	1.604.167	66.794
Total	**47.659.145**	**18.333.661**

17.1 - Provisões Técnicas de Op. Assistência à Saúde

Correspondem aos eventos a liquidar provenientes do Ressarcimento ao SUS objeto de parcelamento junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS cujos vencimentos são superiores a um ano.

17.2 - Provisões

A Associação avalia suas Contingências Ativas e Passivas através das determinações emanadas das disposições e critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Instrução Normativa IN nº 37/2009, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Para fins de classificação dos Ativos e Passivos em contingentes ou não, este CPC usa os termos praticamente certo, provável, possível e remoto com os seguintes conceitos:

(a) ***Praticamente certo*** - este termo é mais fortemente utilizado no julgamento de contingências ativas. Ele é aplicado para refletir uma situação na qual um evento

futuro é certo, apesar de não ocorrido. Essa certeza advém de situações cujo controle está com a Administração de uma entidade, e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(b) ***Provável*** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.

(c) ***Possível*** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém, maior que remota.

(d) ***Remota*** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Associação possui Processos Judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária. A posição desses Processos está demonstrada por riscos de possíveis ganhos ou perdas avaliadas pelos Assessores Jurídicos, como segue:

Contingências Ativas

A Associação não reconhece os Ativos contingentes em sua escrituração contábil.

		Probabilidade de Ganho- R$				
Natureza	***Quantidade***	***Remota***	***Possível***	**Provável**	**Praticamente Certa**	**Total**
Fiscais	2	14.285	1.217.144	-	-	1.231.429
Cíveis	601	101.464	2.102.930	3.976.876	7.337	6.181.607
Total	**603**	**115.749**	**3.320.074**	**3.976.876**	**7.337**	**7.420.036**

Contingências Passivas

		Detalhamento por Probabilidade de Perda Valor Reclamado (a) – R$			
Tipo	**Quantidade**	***Remota***	**Possível**	**Provável**	**Total**
Previdenciária	2	1.282.221	-	-	1.282.221
Fiscal	13	89.264.688	258.353	-	89.523.041
Trabalhistas	89	442.182	3.949.897	3.963.908	8.355.987
Administrativa	25	-	190.000	1.605.000	1.795.000
Cível	642	2.742.324	23.072.421	13.816.783	39.631.528
Total	**771**	**93.731.415**	**27.470.671**	**19.385.691**	**140.587.777**

(a) O valor reclamado corresponde ao valor original da causa.

		Detalhamento por Probabilidade de Perda Valor Desembolso Esperado – R$				
Tipo	***Quantidade***	***Remoto***	***Possível***	**Provável**	**Total**	**Valor Constituído**
Fiscal **(b)**	13	101.782.909	2.397.597	-	104.180.506	-
Trabalhistas	89	-	394.345	1.586.146	1.980.491	1.586.146
Administrativa **(c)**	25	409.600	80.000	2.673.519	3.163.119	2.673.519
Cível **(d)**	642	2.840.623	22.974.431	5.298.265	31.113.319	5.298.265
Total	**769**	**105.033.132**	**25.846.373**	**9.557.930**	**140.437.435**	**9.557.930**

(b) Refere-se, principalmente, aos Processos Administrativos decorrentes dos Autos lavrados pela Receita Fazendária decorrente dos impostos incidentes sobre a importação de equipamentos e materiais bem como dos Autos de Infração referente ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (Nota Explicativa nº 31).

(c) Refere-se as aos Processos Administrativos decorrentes das Multas aplicadas pela ANS

(d) Refere-se a Processos cíveis cujos valores mais representativos estão vinculados a Processos por danos de responsabilidade cível.

A posição da provisão para contingência constituída no exercício está apresentada da seguinte forma:

Descrição	***31/12/2021 Em R$***	***31/12/2020 Em R$***
Cíveis	5.298.265	4.774.941
Trabalhistas	1.586.146	668.667
Administrativa	2.673.519	1.914.719
Fiscais	-	178.813
Total	**9.557.930**	**7.537.140**

17.3 - Tributos e Contribuições a Recolher

Referem-se aos valores das obrigações legais de Imposto de Renda e dos acréscimos legais correspondentes até a data-base de 31 de dezembro de 2008, que tiveram sua exigibilidade suspensa através das compensações efetuadas com créditos tributários pleiteados pela Associação através do Processo Administrativo nº 19679.005808/2005-51, classificados no Passivo não Exigível com base na expectativa de realização (pagamento desses valores) pela Associação.

Nota 18 - Contraprestações Emitidas Líquidas

Referem-se às receitas relativas à prestação de assistência médica à saúde, provenientes da cobrança de mensalidades dos Associados apropriadas pela cobertura do Risco, considerando como tal a data de início da cobertura.

Nota 19 - Eventos Indenizáveis Líquidos

Referem-se aos eventos líquidos provenientes do atendimento aos Associados prestados pelas Redes Conveniadas e pelo Hospital e Maternidade São Cristóvão.

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar Eventos Médico Hospitalares Assistência Médico-Hospitalar, do Documento de Informações Periódicas – DIOPS, do 4ª trimestre 2021, está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos Planos Individuais firmados, posteriormente, à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Eventos Médico-Hospitalares - Assistência Médico-Hospitalar

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – R$

Carteira de Planos Individuais pós Lei nº 9.1998

Descrição	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	38.583.518	68.125.095	6.658.325	199.736.434	84.751.080	-	397.854.452
Rede Contratada	24.697.084	39.585.161	19.486.128	35.804.239	33.902.070	1.694.477	155.169.159
Reembolso	3.295	5.726	43.820	-	21.207	-	74.048
TOTAL	**63.283.897**	**107.715.982**	**26.188.273**	**235.540.673**	**118.674.357**	**1.694.477**	**553.097.659**

Nota 20 - Contratos de Plano de Saúde - Margem de Contribuição

	INDIVIDUAL/FAMILIAR		COLETIVO EMPRESARIAL		COLETIVO POR ADESÃO		TOTAL	
	Saldo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020							
DESCRIÇÃO	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Contraprestações	**483.686.736**	**429.840.338**	**162.689.513**	**146.972.896**	**29.509.433**	**36.987.196**	**675.885.682**	**613.800.430**
Tributos diretos (PIS/COFINS) (PIS/COFINS)	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA LÍQUIDA	**483.686.736**	**429.840.338**	**162.689.513**	**146.972.896**	**29.509.433**	**36.987.196**	**675.885.682**	**613.800.430**
Eventos indenizáveis	**(404.647.732)**	**(288.910.710)**	**(124.404.642)**	**(87.348.846)**	**(24.045.285)**	**(24.912.888)**	**(553.097.659)**	**(401.172.444)**
Consultas médicas	(45.350.795)	(30.637.944)	(14.797.263)	(10.750.499)	(3.135.839)	(3.732.683)	(63.283.897)	(45.121.125)
Outros atendimentos ambulatoriais	(85.008.845)	(67.858.826)	(28.470.510)	(21.104.270)	(5.195.000)	(3.643.466)	(118.674.355)	(92.606.561)
Exames	(76.060.160)	(46.484.928)	(26.545.213)	(17.331.535)	(5.110.610)	(5.204.868)	(107.715.983)	(69.021.331)
Terapias	(19.397.129)	(10.716.632)	(5.154.159)	(2.375.346)	(1.636.986)	(1.285.342)	(26.188.274)	(14.377.320)
Internações	(177.477.702)	(131.979.119)	(49.190.978)	(35.590.153)	(8.871.993)	(10.969.725)	(235.540.673)	(178.538.998)
Demais despesas médico-hospitalares	(1.353.101)	(1.233.261)	(246.519)	(197.043)	(94.857)	(76.804)	(1.694.477)	(1.507.109)
Procedimentos odontológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras formas de Pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO BRUTO	79.039.004	140.929.628	38.284.871	59.624.050	5.464.148	12.074.308	122.788.023	212.627.986
Despesas de comercialização	(19.323.697)	(25.857.509)	(5.307.783)	(7.925.047)	(2.130.503)	(2.518.518)	(26.761.983)	(36.301.074)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	59.715.307	115.072.119	32.977.088	51.699.003	3.333.645	9.555.790	96.026.040	176.326.912

Nota 21 - Receitas com Operação de Assistência Médico-Hospitalar

Referem-se a outras receitas e despesas provenientes de operações não relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas, em sua maior parte, das receitas e dos custos do Hospital e Maternidade São Cristóvão pela prestação dos serviços à rede conveniada, como segue:

Descrição	***2021 Em R$***	***2020 Em R$***
Serviços Hospitalares	5.331.391	4.566.782
Honorários Médicos	1.932.842	1.464.574
SADT	2.552.110	1.894.430
Inaloterapia	894.245	513.309
Materiais	1.289.766	907.553
Medicamentos	1.234.084	708.526
Reversão/Dedução de Receitas	(3.024.030)	(2.744.597)

Total	**10.210.408**	**7.310.577**

Nota 22 - Outras Receitas Operacionais

Estão compostas da seguinte forma:

Descrição	***2021 Em R$***	***2020 Em R$***
Estacionamento	3.048.530	2.031.174
Diárias de Hospedes	2.461.074	1.050.326
Recup. Contingências Cíveis	80.542	53.916
Recup. Contingências Trabalhistas	291.080	315.566
Aluguéis	328.217	451.774
Refeições	604.372	545.155
Aviso Prévio Não Cumprido	722.309	457.445
Recuperação De Despesas	2.413.642	1.342.658
Outras	2.354.183	1.526.231
Total	**12.303.949**	**7.774.245**

Nota 23 - Outras Despesas de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Referem-se aos valores de despesas de cobrança.

Nota 24 - Outras Despesas de Operações de Assistência à Saúde não Relacionado com Planos de Assistência à Saúde da Operadora

Referem-se exclusivamente as despesas de honorários médicos decorrentes dos serviços prestados.

Nota 25 - Despesas Administrativas

São compostas na sua maioria por despesas provenientes de gastos do Departamento do Hospital, relativas a atendimentos de Sócios vinculados à Sede, sendo compostas da seguinte forma:

Descrição	***2021 Em R$***	***2020 Em R$***
Despesas c/ Administração e Pessoal Próprio	29.600.407	24.990.314
Despesas Com Terceiros	20.641.611	18.052.245
Despesas com Localização e Funcionamento	8.408.142	7.903.560
Despesas com Publicidade e Propaganda	4.793.520	3.736.885
Despesas com Tributos	632.347	613.353
Despesas com Multas Administrativa	1.462.400	2.089.719
Despesas Administrativas Diversas	7.139.444	6.328.831

Total	**72.677.871**	**63.714.907**

Nota 26 - Resultado Patrimonial

Está composto na sua maior parte pelas receitas de donativos, auxílios e, principalmente, de recuperações de despesas dos Departamentos da Associação.

Nota 27 - Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência

Para as empresas reguladas pela ANS, a Resolução Normativa nº 209/09, e alterações posteriores, estabelece que as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Regulatório (CR). O CR é equivalente ao maior valor entre o Capital Base e a Margem de Solvência, exceto para as sociedades que optaram pela adoção antecipada do Capital Baseado em Riscos (CBR), cujo CR é equivalente ao maior valor entre o Capital Base, a Margem de Solvência e o CBR. O PLA é avaliado numa visão econômica, e deve ser calculado com base no Patrimônio Líquido contábil ou no Patrimônio Social contábil, considerando os ajustes contábeis e ajustes associados à variação dos valores econômicos.

A Operadora optou por não adotar antecipadamente do Capital Baseado em Riscos (CBR).

O Patrimônio Líquido Ajustado e a Margem de Solvência em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, da Associação estão demonstrados a seguir:

a) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	Descrição	***2021 Em R$***	***2020 Em R$***
(+)	**Patrimônio Líquido**	**218.154.907**	**257.389.114**
(+)	Lucros não Realizados Carteiras de Ações	-	-
(+)	Receitas Antecipadas	1.584.748	1.233.200
(-)	Participação Em OPS avaliados por Equiv. Patrimonial	-	-
(-)	Despesas de Comercialização Diferidas	-	-
(-)	Despesas Antecipadas	597.120	668.471
(=)	**Patrimônio Líquido Ajustado**	**219.142.535**	**257.953.843**

b) Margem de Solvência

	Descrição	*2021 Em R$*	*2020 Em R$*
	Patrimônio Líquido Ajustado	**219.142.535**	**257.953.843**
(a)	0,20 (Contraprestações Pecuniárias) – 12 meses	135.752.302	122.816.186
(b)	0,33 (Eventos Indenizáveis - Anual Médio) – 36 meses	147.676.911	124.341.590
(c)	**Margem de Solvência (o maior valor entre (a) e (b)**	**147.676.911**	**124.341.590**
	Suficiência (PLA – (c)) de:	**71.465.624**	**133.612.253**

Nota 28 - Cobertura de Seguros

A Associação possui as seguintes coberturas de seguros que considera suficiente:

Descrição	*Valor R$*
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	1.000.000
Danos Elétricos	1.000.000
Incêndio, Raio, Explosão, Implosão, Furação, Queda de Aeronave e Impacto de Veículos Terrestre	195.000.000
Equipamentos Eletrônicos	1.000.000
Roubo e Furto Mediante Arrombamento	500.000
Valores em Trânsito e no interior do Estabelecimento	30.000
Derrame Acidental de chuveiros automáticos de combate de Incêndio (sprinklers)	1.000.000
Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos	400.000
Alagamento e Inundação	100.000
Desmoronamento	300.000
Deterioração de Mercadorias em Ambientes Frigorificados	200.000
Responsabilidade Civil Garagista	300.000
Responsabilidade Civil - Operações (Excluído Competições e jogos esportivos)	1.000.000
Quebra de Vidros, Espelhos e Mármore	500.000
Objetos Portáteis (Âmbito Geográfico: Território Brasileiro)	300.000
Perda ou Pagamento de Aluguel	1.000.000
Derrame e/ou Vazamento de Tubulação Hidráulica	100.000
Gastos com Salvamento e Desentulho	190.000
Perda de Lucro Bruto	30.000.000

Nota 29 – Renúncia Fiscal

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão em observância aos seus objetivos institucionais desenvolve suas atividades, sem a finalidade lucrativa, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão divulga a renúncia fiscal decorrente dos impostos e contribuições usufruídos, como segue:

Descrição	***2021 R$***	***2020 R$***
Contribuição Previdenciária	35.530.746	30.286.771
Cofins	6.106.347	2.263.137
CSLL	-	13.926.999
Cofins S/ Receita Financeira	*534.111*	*3.706.188*
Subtotal - Contribuições	**42.171.204**	**50.183.095**
ISS	34.382.549	31.008.445
IRPJ	-	10.270.968
IR s/rendimentos financeiros	1.429.742	2.350.543
Subtotal Impostos	**35.812.291**	**43.629.956**
Total da Renúncia Fiscal	**77.983.495**	**93.813.051**

Nota 30 - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A certificação das entidades beneficentes de assistência social é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e posterior regulamentação.

Com as ações de fortalecimento das políticas do SUS, apoio e ampliação da oferta de serviços aos seus usuários, estruturados nas seguintes áreas: Atenção Básica, Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama, Cirurgia Plástica Reparadora e, Assistência Hospitalar.

Estabelecimento/Vinculação	PACIENTE SUS		
	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação
Estabelecimento Próprio	16.769	55	86
Gestão SUS- Arsenal	2.880	-	-
Gestão SUS Campos do Jordão	960	-	-
Gestão SUS -Embú-Guaçu	44.649	16	265
Gestão SUS-Francisco Moratto	554.585	843	2.438
Gestão SUS- Ribeirão Pires	131.377	3.539	1.678
Gestão SUS - São Caetano do Sul	1320	-	-
Total	**752.540**	**4.453**	**4.467**
Total de Atendimento			**761.460**

Estabelecimento/Vinculação	PACIENTE SUS		
	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação
Estabelecimento Próprio	567.366	10.197	27.490
Total	**567.366**	**10.197**	**27.490**
Total de Atendimento			**605.053**

Total de Atendimento SUS e Não SUS	**1.366.513**

Descrição	Valor da Gratuidade
Estabelecimento Próprio	19.490.374
Gestão SUS Araçariguama	36.242
Gestão SUS Arsenal	1.918.097
Gestão SUS Campos do Jordão	276.855
Gestão SUS-Caieiras	11.011
Gestão SUS Embu-Guaçu	6.626.926
Gestão SUS-Francisco Morato **(1)**	25.693.543
Gestão SUS Ribeirão Pires	12.272.931
Gestão SUS Gestão Rio Grande da Serra	128.953
Gestão SUS São Caetano do Sul	406.137
Gastos Atendimento SUS	**66.861.069**
Prevenção e Promoção a Saúde	**6.268.937**

Total	73.130.006

(1) Referem-se aos serviços prestados diretamente e do repasse financeiro na ordem de R$ 15 milhões a título de quotas associativas pela participação direta da Operadora no Lar Assistencial São Benedito - LASB, como Associado Contribuinte e responsável pela Gestão da Santa Casa, permitindo a continuidade do atendimento assistencial a população carente de Francisco Morato.

Nota 31 - Imunidade

a) Cebas

A Associação protocolou junto ao Ministério da Saúde as renovações da sua Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, com base na Lei nº 12.101/2009, mediante aos Processos de nº 250000.111399/2012-26/MS, referente ao ano de 2012 e de nº 25000.001192/2016-78/MS, referente ao ano de 2015.

Em 9 de julho de 2015, através da Portaria de nº 492, a Secretaria da Saúde indeferiu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social referente ao Processo de nº 25000.001192/2016-78/MS. Em 7 de julho de 2015, a Associação protocolou recurso administrativo dessa decisão junto ao Ministério da Saúde, sem obter êxito.

Em meados de 2019, a Associação ingressou com a Ação Judicial de número 1019195-07.2019.4.01.3400, em trâmite na 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária, do Distrito Federal, em que se pede a anulação da decisão indeferitória, no Processo Administrativo de renovação do CEBAS, pelo Ministério da Saúde.

Aludida ação tem por fundamento a mutação jurisprudencial ocorrida no Supremo Tribunal Federal, em face da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2028-DF, que foi convertida em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O tema nº 32, da Repercussão Geral do STF, reconhece que as contrapartidas para o reconhecimento das entidades de filantropias, para os efeitos da isenção para a seguridade social, devem ser aquelas estabelecidas em lei complementar, tornando discutível juridicamente, portanto, as atuais leis e regras infra legais que disciplinam o CEBAS. Consequentemente, esta situação somente será resolvida através de decisão judicial ou mudança legislativa.

No fim de 2020, a Associação impetrou Mandado de Segurança perante o Superior Tribunal de Justiça de número 26837, em trâmite, na 1ª Sessão, em que se pede a anulação da decisão indeferitória, no Processo Administrativo de renovação do CEBAS, pelo Ministério da Saúde, e, da manutenção da classificação na modalidade filantrópica

pela ANS. Em fevereiro de 2021 foi deferida a Medida Liminar suspendendo a decisão do Ministério da Saúde, mantendo os efeitos provisórios da concessão do CEBAS.

Considerando a decisão do STF nos embargos de declaração nos autos do RE 566.622/RS, julgado sob o regime da repercussão geral e das ADIs 2.028 e 2.036, ficou evidente que, qualquer contrapartida que fixe a forma de atuação das entidades beneficentes de assistência social, deve ter como norma a Lei Complementar. Nesse mesmo sentido, apesar da Lei nº 12.101/2009 não ter sido formalmente declarada inconstitucional é certo que o STF manterá sua posição que pode ser observada na declaração de inconstitucionalidade arguida nos autos da ADI 4.891, a qual se encontra pendente de julgamento.
O CEBAS é condição necessária ao gozo da imunidade de impostos e contribuição social, bem como exigência da ANS para classificação da operadora como filantrópica e não medicina de grupo.

Houve a concessão da medida liminar tanto para manutenção dos efeitos da imunidade tributária como para a condição de operadora filantrópica junto à ANS.

Com a publicação da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referente à imunidade de contribuições à seguridade social, a Associação, com base no parecer dos seus assessores jurídicos, entende que o direito a gozo da imunidade está garantido, afastando a não exigibilidade das contribuições previdenciárias.

b) ISS

Em 2 de dezembro de 2019 foi encerrada a fiscalização da imunidade tributária da Associação pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a emissão de diversos Autos de Infração que totalizam R$ 87 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2014 a 2017.

Foi emitido pelo Auditor Fiscal da PMSP, o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional.

A Associação goza de imunidade tributária de impostos, na forma do art. 150, VI, “c”, da Constituição, regulamentada pelo art. 14, incisos I, II e III, do Código Tributário Nacional, o qual cumpre em sua totalidade, isto é, não distribui lucro ou parcela de seu patrimônio, aplica os recursos em todo território nacional e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Os fundamentos da autuação não estão baseados no citado artigo 14 e seus três incisos. A discussão ainda se encontra em fase de processo administrativo, com exigibilidade suspensa dos tributos incluídos nos Autos.

A Associação informa a Prefeitura do Município de São Paulo que a Operadora é uma entidade imune, sendo que as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não contemplam reconhecimento de quaisquer tributos e contribuições decorrentes dos referidos Autos de Infração.

Nota 32 - Superávit do Exercício

O Superávit do Exercício, quando apurado, é aplicado integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da Associação.

Nota 33 - Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais

Descrição	*2021 Em R$*	*2020 Em R$*
Resultado Líquido do Exercício	(39.234.207)	57.106.348
Ajuste para:		
Provisão de Risco de Crédito - Créditos das Operações com Planos de Saúde	10.677.773	7.533.669
Provisão de Risco de Crédito - Bens e Títulos a Receber	3.735.778	1.032.854
Depreciação e Amortização	1.133.982	925.197
Outros Ajustes	1.834.044	(100.255)
Aplicações Financeiras	79.137.476	(10.832.618)
Variação Monetária Ativa	(5.046.461)	
Crédito de Operação com Planos de Assistência à Saúde	(15.888.022)	(8.583.447)
Outros Créditos	15.418.593	(15.775.161)
Outros Valores e Bens	(12.143.935)	(7.987.326)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(305.973)	(1.214.158)
Despesas Antecipadas	71.351	(141.684)
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	3.815.542	8.992.621
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(143.151)	(747.069)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos	6.131	(3.603)
Impostos e Contribuições	81.404	845.318
Variação Monetária Passiva	3.076.914	1.209.659
Débitos Diversos	(617.198)	7.357.585
Provisões Judiciais	2.020.790	2.372.042
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**47.630.831**	**41.989.972**

Nota 34 - Teste de Adequação do Passivo – TAP

Em atendimento aos requisitos contidos na Resolução Normativa nº 435/2018, da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos de assistência médico-hospitalares vigentes na data-base de avaliação, segregados para as carteiras Individual, Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial.

Este teste é elaborado anualmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de assistência médica à saúde e odontológico (quando aplicável), comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa futuros, que decorram do cumprimento dos contratos comercializados de planos de saúde e odontológico, com preço preestabelecido.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, consequentemente, registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base.

Nota 35 – Covid-19

O ano de 2020 foi um dos mais complexos e desafiadores devido ao surgimento e disseminação do novo Coronavírus, e dos impactos sanitários, econômicos e sociais provocados pela pandemia. A vida da população foi transformada com a adoção de rígidas ações governamentais em praticamente todos os países, como fechamento do comércio e escolas, isolamento social, quarentena e medidas necessárias para evitar aglomerações, conter o avanço da doença e evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde.

A ANS, junto às demais autoridades de saúde e todo o setor de planos de saúde, discutiu e implementou medidas para enfrentamento da pandemia, objetivando garantir a sustentabilidade do setor e preservar a manutenção dos contratos dos beneficiários.

A São Cristóvão criou um grupo de Gestão de Crise e definiu estratégias de acordo com o contexto de nossa realidade devido às variáveis que afetam a receita e o custo não só da Operadora como de seus clientes, como proteger seu corpo clínico, funcionários e prestar o devido atendimento aos seus beneficiários. Para não colocar pacientes saudáveis em risco, em 2021 foi realizado novamente um Pronto-Socorro para atendimento exclusivo de suspeitos ou contaminados pelo novo coronavírus, bem como andares destinados apenas para pacientes infectados. Em paralelo, o Grupo adequou a infraestrutura do Hospital, ajustou fluxos de atendimento. Devido ao cenário de escassez dos recursos hospitalares no mercado, rapidamente planejamos a aquisição de insumos considerando margem de segurança e análises concisas de dados de estoque em tempo real, além da revisão de manejo de estoque.

Diariamente a equipe de Segurança do Trabalho tem o objetivo de aumentar a adesão ao uso dos EPIs (Equipamento de proteção individual) e garantir a técnica segura na paramentação e desparamentação para os profissionais do Grupo. Utilizamos a

telemedicina e o teleatendimento como estratégia de segurança e qualidade em saúde com busca ativa de beneficiários de maior risco e monitoramento de pacientes pós-alta. Por um lado, temos as novas demandas geradas pela pandemia do Covid-19, como o aumento da sinistralidade decorrente do represamento de cirurgias eletivas e outros procedimentos. Por outro lado, há uma série de evoluções econômicas, sociais e tecnológicas que já estavam no radar dos especialistas em saúde e que a cada ano vem ganhando mais importância e influência no mercado.

Em de janeiro de 2021 marca um ato histórico de muita emoção e que merece ser lembrado para nós do São Cristóvão Saúde. A data tornou-se muito especial pelo início da vacinação contra a COVID-19 nos profissionais da saúde que atuam diretamente na linha de frente, sendo médicos, equipe de enfermagem e fisioterapeutas. A Instituição recebeu 2.163 doses, sendo destinadas à categoria definida pela Secretaria da Saúde. Posteriormente, os demais profissionais do Grupo foram vacinados, conforme liberação pelo Programa Nacional de Imunização. Porém, tão importante quanto a vacina é manter as medidas de prevenção contra o novo coronavírus, como utilização de máscara, lavagem das mãos, uso de álcool em gel e distanciamento social.

Com o avanço da vacinação e melhoria dos indicadores relacionados à COVID-19 a expectativa é que até o fim de 2022 seja decretada o final da pandemia.

Nota 36 - Novo Plano de Contas

Publicada em 6 de outubro de 2021, a RN ANS 472/2021, da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR alterou diversas normas que tratam do Plano de Contas Padrão, adequação aos pronunciamentos contábeis CPCs. nºs 00 (R2), 06 (R2), 47 e 48, e dos procedimentos previamente acordados (PPA).

A norma tem vigência a partir do 3° trimestre de 2021 para fins do PPA Anexo III, exclusivamente para Operadoras de Planos de Assistência à Saúde e Administradoras de benefícios que optaram pela faculdade prevista no item 13, do Anexo III-A da RN nº 451/2020; e para os demais itens, a partir de 1° de janeiro de 2022.

Entre as modificações relevantes do Plano de Contas Padrão, pode-se considerar a modificação da contabilização da corresponsabilidade cedida para fins de adequação da receita ao CPC nº 47. Foram incluídas também algumas contas específicas, referentes a PIC, reversões de despesas tributárias, PPSC, multas e rubricas para reconhecimento das operações de arrendamento, conforme CPC nº 06 (R2).

Quanto à reformulação dos procedimentos previamente acordados, fica instituído o “novo anexo I”, que trouxe a junção dos procedimentos executados anteriormente no anexo I e II, com aplicabilidade em todos os trimestres nas operadoras de médio e grande porte, e somente no 4° trimestre para as operadoras de pequeno porte, a partir de 1° de janeiro de 2022.

A Associação efetuou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam ocorrer nos saldos das Demonstrações Contábeis apresentados em 31 de dezembro de 2021 quando da entrada em vigor do novo Plano de Contas Padrão. O efeito significativo a partir de 1º janeiro de 2022 nos saldos contábeis refere-se aos Contratos de Aluguéis que deverão ser reconhecidos na forma do CPC nº 06(R2), resultando nos seguintes efeitos no Balanço da Operadora:

Ativo	**Saldo em 01/01/2022**		**Passivo**	**Saldo em 01/01/2022**
			Circulante	**9.010.559**
			Aluguéis a Pagar	**9.010.559**
Não Circulante	**102.734.876**		**Não Circulante**	**93.724.318**
Direito de Uso de Arrendamentos	**102.734.876**		**Aluguéis a Pagar**	**93.724.318**
Total	**102.734.876**		**Total**	**102.734.876**

Os direitos de uso de arrendamento possuem prazo médio de amortização de 117 meses.

Nota 37 - Relevância das Informações Contábeis-Financeiras

A Administração da Associação apresenta através deste Relatório, o conjunto das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas. As principais informações consideradas relevantes apresentam um melhor detalhamento que consideramos ser suficiente para o entendimento de seus usuários e necessário para um processo decisório.

São Paulo, 23 de março 2022.

Valdir Pereira Ventura
Presidente do Conselho Deliberativo

Elizabeth Popp Leme
Contadora
CRC 1SP14901203

*** ***

São Cristóvão saúde

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO**, em cumprimento das disposições legais e estatutárias (item IV, do artigo 29), examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela empresa Alonso, Barretto & Cia. – Auditores Independentes, datado de 28 de março de 2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina de forma favorável que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo.

São Paulo, 29 de março de 2022.

Assinam o presente Parecer os seguintes Conselheiros Fiscais

Augusto Medeji Sanchez

Flávio Lacerda Amendola

Paulo Nicolino de Freitas

São Paulo, 29 de março de 2022.

Ao
Presidente Valdir Ventura
Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão

A ASSISTANTS ASSESSORIA, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., devidamente registrada junto ao Instituto Brasileiro de Atuaria (IBA) sob o nº 68, como responsável técnica pelos cálculos atuariais da carteira de produtos de saúde suplementar da ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO, assim como pela estimação de valores das respectivas provisões técnicas exigidas pela legislação vigente e pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, declara:

O valor da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, exigido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, vem sendo registrado mensalmente pela Operadora, de acordo com as Notas Técnicas Atuariais emitidas pela ASSISTANTS, conforme demonstrativo abaixo:

Mês Referência	Eventos Avisados (incluindo SUS) R$	NT – PEONA R$
Jan/21	38.064.973,66	12.594.185,94
Fev/21	40.927.658,54	12.837.238,49
Mar/21	46.845.560,93	13.701.430,32
Abr/21	40.800.339,23	12.469.852,29
Mai/21	47.249.572,30	13.326.162,41
Jun/21	49.845.975,60	13.515.408,25
Jul/21	48.579.720,45	13.106.639,27
Ago/21	48.478.972,82	12.911.500,05
Set/21	50.044.157,18	12.967.494,32
Out/21	49.893.062,99	12.829.175,69
Nov/21	47.975.155,56	12.335.402,31
Dez/21	50.245.668,20	12.561.277,95

Os valores dessas provisões constantes das peças contábeis da Operadora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, refletem, com razoabilidade, as estimações técnicas atuariais realizadas ASSISTANTS e refletidas nas respectivas Notas Técnicas emitidas.

ASSISTANTS
Assessoria, Consultoria e Participações Ltda.

Andrea Mente
Actuarial Partner - MIBA 1088

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores da
Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão ("Associação"), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Imunidade Tributária

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 31 às Demonstrações Contábeis, que descreve as ações da Associação quanto à sua imunidade tributária. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Nelson Rogério do Nascimento
Contador CRC1SP 209585/O-5
Sócio-Diretor

Paulino Francisco M. Araujo
Contador CRC1SP 327070/O-6
CNAI nº 5848

Alonso, Barretto & Cia.
Auditores Independentes

Alonso, Barretto & Cia. – Auditores Independentes
CRC 2SP013232/O-3